

ERGAMUS NOSSA SOLIDARIEDADE AO POVO DA GUATEMALA

DESPERTA uma repulsa cada dia mais enérgica entre os povos do continente, como de todo o mundo, as repetidas e insolentes provocações do governo dos Estados Unidos contra a República da Guatemala. Já agora adquirem essas provocações um tom de clara ameaça, até mesmo de intervenção militar na pequena República do Caribe. E' o que se depreende sem muito esforço da recente declaração oficial do provocador de guerra Foster Dulles, assim como dos afrontosos acordos militares entre os Estados Unidos e as sanguinárias ditaduras que infelicitam os povos de Honduras e de Nicarágua. Os titeres lanques na América Central são ostensivamente armados com o propósito criminoso da agressão ao povo e ao governo guatemaltecos.

Como sempre acontece, é sob a máscara sovada do anticomunismo que os imperialistas norte-americanos pretendem investir contra a integridade da Guatemala e escravizar o seu povo. Que dizem os porta-vozes de Wall Street? Que a Guatemala é uma «ponta-de-lança do comunismo internacional» no continente. E mais: que a pequena República centro-americana constitui uma gravíssima ameaça à liberdade e à segurança de todos os países do hemisfério. Para conjurar tão grave perigo concluem os canibais de Washington — é indispensável usar a força das armas contra o governo da Guatemala, que altivamente vem repelindo as sucessivas ameaças e intimidações lanques.

Mas os povos do continente não se deixam enganar pelo alarido dos porta-vozes de Wall Street. Sabem eles que os governantes norte-americanos quando falam em «defesa do hemisfério» estão se referindo, na verdade, à defesa dos odiosos privilégios dos trustes e monopólios lanques. E' o que acontece, precisamente, no caso da Guatemala. A projetada agressão à República guatemalteca não tem outros objetivos senão procurar restabelecer nesse país o saque e a espoliação pelos trustes americanos como a «United Fruits Co.» e restaurar o poder dos serviços lanques. Se agora é o próprio governo de Eisenhower que ameaça transformar a Guatemala num foco de guerra no continente, isso acontece depois de terem fracassado, um após outro, cerca de trinta golpes de Estado urdidos naquele país, nos últimos anos, pela «United Fruits Co.»

A causa da Guatemala é, por isso, uma causa de todos os povos do continente, de todos os homens que, no mundo inteiro, amam a liberdade e não admitem que seja conspurcada a soberania de suas pátrias. O povo brasileiro se coloca decididamente ao lado de seus irmãos da Guatemala, contra a insólita ameaça de intervenção lanque.

Ao manifestar a sua ardente solidariedade à República da Guatemala, o povo brasileiro, além de defender a independência e os interesses do país irmão, defende ao mesmo tempo a própria soberania de nossa pátria e os interesses das grandes massas trabalhadoras e populares do Brasil. A agressão à Guatemala, caso viesse a se consumir, envolveria numa guerra sangrenta todos os povos do continente. Além disso, seria um precedente de gravíssimas consequências, pois colocaria os imperialistas norte-americanos em posição de poderem mais facilmente repetir amanhã, sob qualquer pretexto, novas agressões contra outros povos do continente, afogando em sangue a sua luta libertadora. E' urgente, portanto, realizar em todo o país um vasto e vigoroso movimento de solidariedade ao povo e ao governo da Guatemala, fazendo com que se traduzam em protestos e ações de massas os generosos sentimentos de solidariedade internacional de nosso povo.

Ao mesmo tempo, intensificando a luta pela nossa própria emancipação nacional, contra a dominação lanque no Brasil e o governo de Vargas, estaremos contribuindo para impedir a infame agressão que se trama contra a Guatemala, estaremos vibrando um sério golpe nos propósitos lanques de colonizar todo o continente e colocar sob a sua dominação os povos do mundo inteiro.

O povo da Guatemala, como todos os demais povos que lutam pelos seus sagrados interesses, tem todas as possibilidades de vencer a dura prova a que está submetido. Não existe, nos nossos tempos, nenhuma força capaz de vencer um povo que tome em suas mãos, com coragem e firmeza, os destinos de sua pátria.

VOZ OPERÁRIA

N.º 264 ☆ Rio de Janeiro ☆ 5 de Junho de 1954

QUANDO VEREMOS NO BRASIL AS JÓIAS DA ARTE SOVIÉTICA?



NA "TRIBUNA DO IV CONGRESSO":

A CAMPANHA ELEITORAL — UMA GRANDE TAREFA

Artigo de MAURÍCIO GRABOIS

UMA VITÓRIA DA UNIDADE
DE AÇÃO DE TODO O
FUNCIONALISMO DO BRASIL.

— LEIA NA PÁGINA CENTRAL —

NESTE NÚMERO :

- A UNIÃO FRATER-
NAL DE NOSSOS PO-
VOS HA DE IMPEDIR
O ASSALTO A GUATE-
MALA. (Pag. 2)
- É TEMPO DE SE CON-
SEGUIR O FIM DA
AMEAÇA ATÔMICA
(Pag. 3)
- EXIJAMOS A LIBER-
DADE DE AGLIBER-
TO AZEVEDO
(Pag. 4)

A União Fraternal de Nossos Povos Impedirá a Intervenção na Guatemala

AS PROVOCAÇÕES contra o governo democrático da Guatemala chegaram novamente a um ponto de paroxismo. Embora o disco seja velho e usado, à custa de

em colônias lanques, em moldes semelhantes aos de Porto Rico. Uma grande companhia, a United Fruit apossou-se das melhores terras na Guatemala e em Hon-

participam os comunistas, que, todavia, oiam decididamente o governo.

Nova arremetida lanque

Desde 1944 o cutelo do carasco está suspenso sobre a Guatemala. Se até hoje não se deu uma intervenção armada é porque a firmeza do povo e do governo guatemaltecos têm recebido o mais decidido apoio de todos os povos do continente e do campo democrático.

Agora, com maior fúria, os lanques estão arremetendo de novo, invocando os vergonhosos instrumentos que governos títeres assinaram no Rio de Janeiro, em Bogotá e em Caracas. A Guatemala comprou armas em um país europeu porque não as pôde comprar nos Estados Unidos. Isso, no entender da Casa Branca, deve servir de pretexto imediato para a ação intervencionista.

Logo após noticiar-se o desembarque de armas na Guatemala, as agências noticiosas americanas bradaram aos quatro ventos que as autoridades lanques haviam apreendido a carga de um outro barco que se dirigiria ao mesmo país. Portanto, anunciavam que o governo americano ordenara e pusera em execução medidas de intervenção ao livre comércio de um país soberano. Posteriormente verificou-se, aliás, que o carregamento do «Wyoming», onde havia também armas de caça, destinava-se a El Salvador. Mas esse fato não diminui a desfaçatez da ação intervencionista.

A farsa desmascarada

A ação violenta que se articula já foi inteiramente desmascarada pela Guatemala. Acusado pelos america-

nos de ameaçar a República de Honduras, o governo Arbénz ofereceu imediatamente a Tegucigalpa um pacto de não-agressão, sem que obtivesse resposta favorável até agora. Está claro que quem pretende agredir não oferece tratados antibélicos, mesmo se se quisesse admitir a hipótese absurda de a Guatemala dispor de forças para derrubar os governos apoiados no capitalismo americano, e de um governo democrático fazer da guerra base de sua política. Porque Honduras não aceitou até agora o pacto de não-agressão? Porque a isso se opõem os norte-americanos, diretamente e por intermédio da United Fruit. Essa companhia, que não conhece fronteiras centro-americanas, nomeando todos os países em que age pelo título depreciativo de «Império da Banana», envenena as relações entre Honduras e a Guatemala. Pre-



tende recuperar seus privilégios antigos nesta última república e defende encarnadamente as posições no primeiro, onde os trabalhadores começam a exigir maiores direitos, e realizam no momento uma grande greve contra o truste imperialista.

O perigo aumentou

O fato de terem sido desmoralizadas as sucessivas provocações lanques contra a Guatemala não significa que o perigo de intervenção tenha passado. Os imperialistas não se prendem a escrúpulos para escravizar povos. Detêm-se apenas diante da frente organizada dos povos.

Muitos governos escravos, especialmente da América Central, já manifestaram seu apoio à convocação de uma Conferência de Ministros do Exterior que teria como finalidade específica adotar medidas contra a Guatemala. Se uma conferência desse tipo viesse a ser realizada seriam poucas as possibilidades de que não decretasse ações coletivas contra o povo da Guatemala. Trata-se portanto, antes de mais nada, de impedir a realização dessa criminoso reunião que se projeta.

Não é só a Guatemala o país ameaçado. A intervenção na Guatemala seria a oficialização do direito de intervenção lanque em todos e em cada um dos países do continente nos quais a política dos trustes venha a sofrer

a menor mocha. A vitória do intervencionismo seria um perigoso passo que faria nos países se aproximarem ainda mais da situação de colônias. Por outro lado, a pressão contra a Guatemala é, ao mesmo tempo, um dos processos para arrancar novas concessões dos diversos governos latino-americanos. Um exemplo disso é o recente balão de ensaio lançado sobre a concessão de bases militares e aéreas na Bolívia, para... «defender o Panamá».

Dessa maneira é preciso que não haja ilusões: a diplomacia do dólar perseguirá seus objetivos, tentará convocar a conferência intervencionista e usará todos os outros meios de liquidar o regime democrático da Guatemala, como início de um novo terror no continente.

Unidos, venceremos

Existem, todavia, condições que permitem barrar essas manobras dos monopólios. A medida que aumentam suas exigências, e ao passo que ferem mais profundamente os direitos de nossos povos, os imperialistas americanos levantam contra si novas forças, inclusive nos setores da burguesia.

Se essas forças estiverem unidas, os lanques não poderão levar a cabo seus intentos funestos. Unidas e organizadas é uma tarefa que não pode ser adiada pelos comunistas em todo o continente.



Arbenz

repeti-lo a propaganda do imperialismo norte-americano pretende fazer com que seus ouvidos decorem o estribilho e passem a repeti-lo mecânicamente. Todos conhecem as principais afirmações que têm como ponto de origem Wall Street, a Casa Branca, o Departamento de Estado e o Pentágono: a maior potência imperialista de todos os tempos está «ameaçada» pela Guatemala, cuja população inteira não dá para contrabalançar a de alguns bairros de Nova Iorque e cujo exército é menor do que a tripulação de um só dos grandes couraçados de batalha que possuem os imperialistas lanques.

Os altos círculos financeiros norte-americanos não aceitam que qualquer país latino-americano realize, ou procure sequer realizar, uma política interna e exterior consentânea com os interesses nacionais. A atitude agressiva que é a linha ininterrupta da política exterior norte-americana desde 1823, manifestou-se com a maior arrogância na América Central, cujos países foram transformados praticamente,

duras, principalmente, dominando ao mesmo tempo o transporte e o comércio exterior, fazendo e desfazendo governos. Nos outros países em que não é tão exclusivo o domínio dessa companhia, outros trustes sugam o suor do povo. Os diferentes protestos que surgiram no passado foram sempre sufocados pelo desembarque sumário de fuzileiros navais.

Um governo democrático

Mas, há alguns anos, a camarilha pró-lanque foi deposta na Guatemala e um governo democrático chegou ao poder. Foi restringida a ação dos trustes; estão em vigor as liberdades democráticas; realiza-se a reforma agrária atingindo somente as terras devolutas dos latifundiários e da United Fruit; obras públicas criam estradas e constrói-se um novo porto para livrar a produção do garrote imperialista. Há, na Guatemala, uma oposição organizada que tem representantes no Parlamento. O governo é formado por uma coalizão de partidos de tendências diversas da qual não



Fortuny



A Nova Fase Dos Debates Sobre a Indochina, em Genebra

A PESAR das imensas dificuldades que subsistem, já foram obtidos em Genebra alguns êxitos importantes na atual fase de negociações. Resultados maiores não foram alcançados exclusivamente devido à obstrução dos delegados norte-americanos e franceses, acompanhados pelos representantes dos títeres que eles mesmos batizaram de «reis» do Viet-Nam, do Laos e da Cambodgia.

Desde os primeiros dias, o chefe da representação da República Democrática do Viet-Nam apresentou um plano de paz que, respeitando o direito dos povos da Indochina à independência, à paz, à unidade e à democracia, entregava, ao mesmo tempo, nas mãos desses povos os meios de obterem seus objetivos nacionais e democráticos. Pham Van Dong, efetivamente, em nome de seu governo, propôs a suspensão das hostilidades, reagrupamento das forças em operações e eleições livres, indicando também a possibilidade de ser feito um acordo posterior para a manutenção do Viet-Nam, do Laos e do Khmer nos quadros da União Francesa. Esse projeto foi liminarmente recusado pelos norte-americanos e pelo ministro Bidault que, em troca, apresentaram uma exigência de rendição incondicional e tentam «internacionalizar» a guerra da Indochina, no próprio momento em que fingem estar dispostos a encerrá-la.

Todavia, a ação diplomática dos países do campo democrático representados em Genebra, e as vitórias decisivas conquistadas pelas forças patrióticas vietnamitas foram instrumentos decisivos que permitiram a aceitação, em princípio, da necessidade de ser suspenso o fogo antes de um acordo total, e a abertura de conversações diretas entre os comandos militares dos exércitos em luta.

O desastre militar de Dien Bien Phu encerrou para os imperialistas franceses as possibilidades de manterem pela força sua opressão nas terras indochinesas. O relatório do general Ely, chefe do estado-maior francês, não deixa a esse respeito a menor dúvida. Além de assinalar que em Dien Bien Phu foi liquidada a tropa mais experimentada e móvel de que dispunha o comando francês para sua guerra execranda, considera «ilusório» supor-se que o exército de Bao-Dai possa desempenhar qualquer importância nas operações posteriores, pois suas divisões se desintegram diante às forças patrióticas. Foi o que se deu nas próprias operações em Dien Bien Phu onde numerosos vietnamitas aderiram às forças armadas que realmente representam sua pátria.

O ministério americano que governa a França, divorciado inteiramente dos interesses do povo francês, ainda não tirou de suas derrotas militares e políticas as lições devidas. A perspectiva que abriu ao povo foi a de enviar novos e grandes contingentes para a península asiática, engajando para isso, antes do prazo previsto mais 80.000 jovens no exército.

Na base dos acordos já obtidos será possível, contudo, impulsionar decisivamente as negociações. Trata-se, em primeiro lugar, de chegar a um ajuste sobre o reagrupamento de forças, o qual deve ser seguido da cessação do fogo; depois, chegar a uma solução sobre os principais problemas políticos.

O período que se abre será dos mais críticos da Conferência, pois desde já os imperialistas iniciaram a defesa de pontos de vista inadmissíveis e que tem a evidente finalidade de perturbar as questões. Como se sabe, a guerra é a continuação da política por meios militares, e, portanto, não há como isolar os aspectos militares dos políticos. Defendendo a separação completa dos dois aspectos da questão, os franceses e americanos nada mais fazem do que demonstrar, pela undécima vez, seu pequeno desejo de fazer a paz, e a vontade que os domina de se servirem dos acordos já existentes para abrir caminho para uma recomposição militar de suas forças em desespero de causa. Nos mesmos planos inclui o ponto de vista de que antes do reagrupamento de forças deve ser feita a cessação de fogo. Com propostas falazes e obstrucionistas não será possível suspender a atual ofensiva dos patriotas do Viet-Nam, do Laos e da Cambodgia, assim como não foi possível deter a queda de Dien Bien Phu.

Os patriotas indochineses não defendem, há oito anos, pelas armas, a soberania de suas pátrias para relutarem quando a vitória está à vista. Trata-se de estabelecer divisão de zonas de armistício e não de partir o território nacional, como principiam a sugerir alguns círculos imperialistas.

A nova série de obstáculos que os franco-americanos principiam a erguer no caminho que conduz à paz na Indochina lembra as manobras sibilinas que usaram em Pan Muí Jon. Todavia, se naquela ocasião não lhes foi possível impedir o armistício, maiores possibilidades existem agora de fazer com que a vontade dos povos triunfe sobre os desejos dos incendiários de guerra.



Mais de 200 mil pessoas reuniram-se num grande comício em Pongiang, no dia 5 de maio de 1954, para apoiar a proposta de seu ministro do Exterior, general Nam II, feita à Conferência de Genebra, para a solução pacífica da questão coreana. (Foto Hsinhua, Agência Nova China).

Exijamos a Liberdade de Agliberto Azevedo



LIBERTADO DEPOIS DE cumprir a longa pena de quatro anos, durante os quais o governo se manteve surdo aos protestos contra a prisão ilegal, o capitão Agliberto Vieira de Azevedo foi imediatamente preso. À frente da Casa de Detenção do Recife. O destacado lutador pela paz e a independência nacional, herói da Revolução Nacional Libertadora de 1935, depois de preso por um aparelho bandido de 50 beleguins, foi remetido para o Rio e atirado num infecto cubículo do D. O. F. S.. Por ordem de Vargas e seu ministro Tancredino Neves, havia sido decretada ordem de prisão preventiva contra Agliberto, na base da fascista «Lei de Segurança». Assim, no momento em que deveria voltar ao convívio com o povo e reunir-se à sua esposa e filho, depois de tão penosa separação, se abate sobre Agliberto o ódio dos governantes aos patriotas. Vargas comete mais uma grosseira violação das liberdades democráticas asseguradas pela Constituição.

Para que se tenha uma idéia do ponto a que chega a conduta antidemocrática do governo, basta dizer que nem a infame Lei de Segurança justifica a covarde atitude de Vargas e sua policia. No pedido de revogação da ordem de prisão preventiva em que se baseia o governo para continuar torturando o patriota, o advogado Sinval Palmeira sustenta que a prisão não é obrigatória segundo a própria Lei de Segurança; que o prazo da prisão já foi excedido e a mesma não foi prorrogada; que o capitão Agliberto está em local inadequado, o que constitui um desrespeito a dispositivos legais expressos. Tomando conhecimento do fato, o juiz Lopes Ribeiro telefonou para o Ministro da Justiça, sr. Tancredino Neves e ordenou a imediata transferência de Agliberto. Mas o governo não hesita ante qualquer ilegalidade para impor seus métodos policiais, resiste em dar cumprimento à ordem do juiz. O cubículo em que Agliberto foi atirado basta para dar um retrato do regime de violências contra os direitos humanos e democráticos. É uma cela onde mal cabe uma pessoa deitada. Foi preciso que Agliberto protestasse enérgicamente para que os esbirros lhe dessem uma cama. A alimentação que lhe servem é intragável e Agliberto tem que comê-la com a mão. No local não entra nem ar nem ventilação direta.

O traço de golpe levado a cabo pelo governo contra o bravo combatente popular revela toda a extensão do pânico que se apodera da camarilha de Vargas ante a presença dos líderes do povo. Enquanto andam à solta os ladrões do governo e os traidores da pátria, Getúlio persegue e encarcera os homens que permanecem fieis ao povo e defendem intransigentemente os interesses vitais da pátria, ameaçada de colonização pelos trustes imperialistas dos Estados Unidos.

Lutar pela libertação imediata de Agliberto Vieira de Azevedo é dever de todos os democratas e patriotas. Nessa luta, nosso povo desnascara o governo opressor de Vargas que, na sua fúria liberticida, recorre a qualquer perfídia, a serviço dos opressores norte-americanos. A experiência mostra que os verdugos de nosso povo não libertarão Agliberto senão debaixo d'uma vigorosa onda de protestos, da mais combativa solidariedade da classe operária, de todos os patriotas e democratas.

E' Tempo de se Conseguir O Fim da Ameaça Atômica

Importante reunião do Conselho Mundial da Paz, em Berlim

A PESAR de se estar desenrolando, em Genebra, a importante conferência entre as grandes potências sobre os problemas da paz na Ásia, outra reunião internacional prendeu, igualmente, por dois dias, a atenção dos povos. Em Berlim, reuniu-se o Conselho Mundial da Paz para se ocupar — conforme o comunicado de Joliot-Curie — «do problema da segurança das nações dentro do respeito à sua independência, e da necessidade de se pôr fim à ameaça das armas atômicas e term nucleares».

SOB O SIGNO DAS NEGOCIAÇÕES

O Conselho realizou sua sessão precisamente quando se deu um novo passo para tornar realidade um dos objetivos por que vêm lutando tenazmente os partidários da paz — o entendimento entre os cinco grandes — com a reunião de Genebra. Tal fato veio estimular ainda mais a luta dos povos em favor de uma paz duradoura e não podia deixar de emprestar significação especial à sessão do Conselho em Berlim.

O JAPÃO EM PÊSO CONTRA A BOMBA - H

Na reunião do Conselho refletiu-se a imensa ansiedade dos povos ante a ameaça da bomba-H, criada pelos belicistas norte-americanos e suas demonstrações irresponsáveis no Oceano Pacífico. O delegado japonês informou ao Conselho acerca da crescente envergadura que assume no Japão, país diretamente atingido pelos «testes» ianques e cujo povo guarda na

memória a lembrança macabra de Hiroshima e Nagasaki, a campanha de assinaturas pela interdição das armas atômicas e de destruição em massa, campanha encabeçada por destacadas personalidades do Partido Liberal e que, em poucos dias, logrou atingir 200.000 firmas.

GRÉCIA — NOVA BASE ATÔMICA

O senador Emilio Sereni, da Itália, salientou a importância do apelo do Papa Pio XII para a salvação da humanidade da destruição atômica, enquanto o representante da Grécia denunciou o fato de que os E. E. U. estão transformando o território grego numa base de guerra atômica. Angel Kamaretta, médico argentino, protestou contra o desvio da ciência para finalidades belicistas, condenando com veemência a deformação monstruosa representada pela guerra bacteriológica, já praticada pelos ianques na Coréia, a que se dedicam médicos esquecidos de sua missão humanitária, que traíram o velho juramento de Hipócrates.



O Conselho Mundial da Paz decidiu conferir o Prêmio Mundial da Paz a duas destacadas figuras de artistas: Charles Chaplin e Dimitri Chostakovitch. O grande Carlitos e o famoso compositor soviético, tanto através de sua obra como por sua atuação prática, têm expressado, cada qual a seu modo, o sentimento de amor à Paz da humanidade.

E' TEMPO DE CONJURAR O PERIGO

Sobre o mesmo assunto falou ainda o poeta Nikolai Tikhonov, presidente do Movimento dos Partidários da Paz na U. R. S. S. Tikhonov declarou ter chegado o tempo em que todos os povos precisam de redobrar esforços para fazer com que as grandes potências concordem com a interdição das armas atômicas e citou o exemplo de sua pátria, onde o povo e o governo soviéticos são radicalmente contrários ao emprego das bombas de destruição em massa, exigem a sua proibição e acreditam que a melhor solução para a humanidade é o emprego da energia atômica exclusivamente para fins pacíficos.



O escritor francês Jean Paul Sartre, em seu discurso perante o Conselho Mundial da Paz, condenou com veemência a guerra atômica, declarando que «a arma nuclear é a mais visível imagem da violência e representa uma chantagem para a destruição do gênero humano».

A Voz do Brasil em Berlim



O general Buxbaum, falando em Berlim, em nome da delegação brasileira, focalizou aspectos da luta do povo brasileiro por sua independência e pela paz, ressaltando particularmente a resistência de nosso povo ao acordo militar Brasil-E. E. U. e às tentativas de transformar nosso país em base militar ianque. «A paz no mundo — declarou o general Buxbaum — é a garantia da nossa independência nacional, é o caminho traçado pela nossa história». Juntamente com o general, estiveram presentes à reunião D. Branca Fialho, membro do Conselho Mundial, o escritor Jorge Amado, o dr. Oto Rocha e Silva, Ivan Ramos Ribeiro e, como convidados, o desembargador Henrique Fialho, o cineasta Cavalcanti, Ramiro Luchesi, presidente da C.T.B., e os dirigentes sindicais Plínio Alves e Baltazar Melo.

OUÇA A

Rádio de Moscou

Agora

Em Transmissões Diárias de

1 HORA PARA O BRASIL

Das 20 às 21 horas

EM CASTELHANO: das 21 às 23 horas

AS TRANSMISSÕES DA EMISSORA CENTRAL DE MOSCOU PARA A AMÉRICA LATINA SÃO FEITAS PELAS ONDAS DE 30, 79, 31, 75, 40, 87, 41, 21, 41, E 32 METROS.

A Luta Pela Terra, Uma Realidade Que Ninguém Pode Mais Negar

B. L. LEITE — São Paulo

ESTE é o meu ponto-de-vista sobre o Programa: é um documento científico, revolucionário, baseado na realidade brasileira.

O Programa é o retrato vivo da luta da classe operária e dos camponeses contra o governo do latifundiário Vargas e os imperialistas americanos.

Os operários acham-se sufocados pelos baixos salários que não correspondem às suas necessidades. A carestia da vida é um fator desta situação, mas a verdadeira causa está na política de guerra do governo de Vargas, na militarização da economia. A falta de matérias-primas e a diminuição das horas de trabalho reduzem, assim, os trabalhadores à miséria. De outro lado, as restrições às relações comerciais com a URSS e as democracias populares têm nos impedido de adquirir mercadorias abundantes e baratas, que tanto benefício trariam à nossa economia.

O item 37 trata da questão da distribuição das terras dos latifundiários gratuitamente aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra. A luta pela terra é um fato, uma realidade. É uma das primeiras reivindicações dos camponeses. Ninguém pode negá-lo diante da resistência de dois anos dos posseiros de Porecatu, no norte do Paraná, ou quando os camponeses do Interior de São Paulo se batem pela terra. Agora mesmo, vemos a resistência dos camponeses de Guararapes, na linha 9 de Abril. Por seis vezes os camponeses arrancaram o capim dos latifundiários Max Wirth e a luta contra o plantio do capim em terras de agricultura vem se desenvolvendo em todo o interior de S. Paulo. Os arrendatários são vítimas dessa situação, pois os latifundiários, donos das terras, arrendam-nas por um ano e no segundo ano querem transformar as plantações em pastagens para engorda de gado para os frigoríficos americanos. Não querem mais arrendar as terras a dinheiro, mas com porcentagens de 25% a 45%. Mas calculando esse preço pelo preço dos cereais, do algodão e do amendoim, vemos que o preço do arrendamento varia de 3.000 a 7.000 cruzeiros. Além disso, ainda existe o roubo da Sanbra, da Anderson Clayton e dos altos impostos. Dessa maneira, o arrendatário compra a terra todo o ano ao latifundiário e nunca tem um alqueire de seu, devolvendo novamente a terra de presente para ele.

Nas fazendas de café mudam as formas de exploração. A maior parte das fazendas está tratando o café com empréstimos porque, aí, surgem os intermediários e os fazendeiros podem fugir ao pagamento das férias aos colonos, como manda a legislação do trabalho. Vejamos o caso da Cia. Rio Tibiriçá, município de Gália. Trata-se o café com empreiteiro e subempreiteiro, sujeitando-se a vales, desconto de uma taxa de luz, cinema, futebol, médico. Na fazenda está morrendo gente de fome e doen-



ça. É preciso pedir esmola para a sepultura de um cadáver. É um inferno em vida. Não há estabilidade devido a esta situação.

Nas fazendas onde o café é tratado com colonos, os contratos geralmente são inferiores a Cr\$ 3.000,00 pelo trato de mil pés de café. Ao preço que está o café, o fazendeiro, com apenas um saco de café, paga o trato de mil pés de café, portanto.

É desumana esta situação e não podia deixar de ser assim, pois vivemos num regime semifeudal e semicolonial. Por isso mesmo o Programa é um Programa de Salvação Nacional que abrange todas camadas do povo para a frente democrática de libertação nacional. É necessário e urgente que todos nós compreendamos isto em primeiro lugar e em seguida o expliquemos a todo o povo brasileiro.

Mostrar ao Povo o Programa

Orlando Almeida
Magalhães - Teresópolis

JA li e rell o Programa do Partido Comunista do Brasil. Nêle está realmente a solução dos problemas do povo brasileiro. Sem dúvida estão na execução do Programa toda a felicidade do povo e a grandeza da pátria.

Mas está acontecendo um atraso grande e inexplicável na divulgação do mesmo Programa ao povo. Por que esse atraso na divulgação do Programa?

Por que não fazemos uma campanha nos moldes das campanhas de finanças? Por que não salmos às ruas com o Programa? Não é ele a salvação do Brasil? Não é ele a arma ideológica mais poderosa dos comunistas?

Já passaram cinco meses desde que saiu o Programa. Quando saiu o Manifesto de Agosto, no primeiro mês distribuímos 3.000 exemplares e após alguns dias fizemos nova distribuição e não há muito meses ainda distribuímos o Manifesto de Agosto. Esta é uma experiência que precisa ser aproveitada. Pois o povo precisa saber em toda a sua amplitude qual é o Programa e quais são os objetivos dos

comunistas: salvar o Brasil do imperialismo americano, da bancarrota, da miséria.

E no Programa está bem visível a salvação, a solução dos problemas atuais do povo brasileiro. Por tudo isso não podemos tolerar nenhum atraso na divulgação do Programa.

Mais Tempo e Atenção ao Estudo do Programa

J. B. PRESTES LEAL
Assis — S. Paulo

É UM FATOR de grande importância na luta contra os opressores de nossa pátria o estudo do marxismo-leninismo. Com base nos seus ensinamentos criou-se o Programa do Partido, razão pela qual fica bem claro que devemos dedicar maior tempo e maior atenção ao estudo do Programa, pois à medida que o formos assimilando, nos tornaremos mais fortes e mais firmes.

Desnecessário será dizer mais uma vez da justiça do Programa, mas sempre é bom ter em mente que ele vem ao encontro da realidade brasileira e este é o motivo porque é justo. Sendo, vejamos: começa mostrando-nos a situação econômica e política de nossa pátria, mostra-nos o caráter semicolonial do Brasil e também registra com destaque o problema da colonização cada vez maior da nossa terra pelos imperialistas norte-americanos.

No estudo do Programa temos oportunidade de conhecer o jogo dos latifundiários e grandes capitalistas brasileiros que, dia a dia, fazem em escala crescente a entrega da nossa pátria aos monopolistas ianques em troca do apoio na luta que sustentam contra nós, comunistas, e contra os patriotas brasileiros, para a manutenção dos seus latifúndios, continuidade das sobrevivências feudais e da continuação da escravização total da nossa agricultura, dando ainda apoio aos norte-americanos em sua política de dominação do Brasil.

Com muita clareza o Programa do Partido assinala a proximidade da luta revolucionária e orienta-nos na melhor maneira de, em torno da classe operária, reunir todas as forças progressistas, democráticas, populares e libertadoras na luta para a derrubada do governo de Vargas, governo vendido, explorador de operários e camponeses. E os lugares dos atuais governantes serão ocupados por homens saídos do seio do povo, da classe operária, que irão realizar uma política de amizade com a União Soviética, um governo de paz e prosperidade e onde existirá a verdadeira democracia. É fora de qualquer dúvida que os norte-americanos querem fazer de nossa pátria a base de real importância para o domínio de toda a América Latina, razão pela qual é dever sagrado de todo patriota e principalmente de nós, comunistas, avivar com vigor a luta pela democracia e pela paz, para mostrar a todos o que representa o governo de Vargas, sem dúvida alguma um governo de guerra e de fome.

Custe o que custar, faremos de nossa pátria uma nação livre, poderosa, próspera e independente.

Não Medir Sacrifícios na Aplicação do Programa

JOSÉ ALBUQUERQUE — Maceió

Dirijo-me a esse glorioso órgão popular com a finalidade de expressar minha opinião sobre o Programa do Partido Comunista do Brasil. Foi cheio de alegria que recebi o Programa do PCB. Li-o com a máxima atenção, procurando compreender ponto por ponto. Assim que fiquei inteirado do conteúdo do Programa, compreendi que se tratava de um documento de grande significado para a vida do nosso povo, pois começa por caracterizar a presente situação do Brasil e o estado de miséria em que está vivendo nosso povo. O Programa do PCB mostra com clareza as necessidades do povo brasileiro como também dá a saída justa, indicando a maneira de se libertar o país do jugo imperialista norte-americano que ameaça a completa colonização da nação e a transformação de nosso povo em escravo. Foi com justiça que o PCB construiu o seu programa de libertação nacional; discutiu, aprovou e depois fez entrega desta valiosa arma ao povo brasileiro. O Programa do Partido é justo porque, como afirma Prestes: «é sobre a luz do marxismo-leninismo que foram construídas as suas bases».

É o programa do proletariado brasileiro, é o programa de salvação do Brasil. É com a aplicação deste Programa do PCB que iremos desempenhar com confiança e orgulho a luta pela derrubada do governo de traição de Vargas e construir um governo do povo que assegure a paz, o bem-estar e a completa liberdade dos brasileiros. Agora que estamos de posse dessa valiosa arma, — o Programa do PCB — é nosso dever lutar solidamente pelas posições do Programa e levando-o ao campo da prática. Precisamos substituir o governo servil de Vargas por um governo de libertação nacional. «O Programa do PCB é um instrumento de luta contra a exploração e miséria em que vivemos. Devemos levá-lo aos mais isolados recantos de nosso país, para que todo o povo brasileiro tome em suas mãos a bandeira da luta pela liberdade. Para que seja vitorioso na luta pela libertação do nosso país, torna-se necessário formar a aliança da classe operária e camponesa com as demais camadas sociais. É preciso saber que não é possível obter-se a vitória sem a aliança operário-camponesa. A aliança operário-camponesa é necessária porque, além de constituir a força da nação, representa 80% da população brasileira. Vejamos que os países de democracia popular só puderam vencer nas suas lutas de libertação com a aliança operário-camponesa. O genial Lênin e o grande Stálin assinalaram repetidas vezes que a base da força e solidez do regime soviético é a aliança da classe operária e do campesinato. «Viam na indestrutível aliança da classe operária e do campesinato trabalhador o princípio supremo da ditadura do proletariado». Só com esta união podemos ser vitoriosos na luta pela substituição deste regime por um regime de paz, de progresso econômico e social. Devemos tomar por exemplo a grande revolução socialista

da URSS. O governo de latifundiários e grandes capitalistas de Vargas esquece as nossas riquezas ao imperialismo norte-americano. Este é o modo pelo qual age o governo capitalista. Em seu histórico discurso de encerramento do XXIX Congresso do P.C.U.S., o camarada Stálin afirmou que hoje a burguesia vende por dólares os direitos e a independência da nação. A bandeira da independência nacional foi atirada fora». Esta afirmativa de Stálin é o que estamos vendo no nosso país. O Partido Comunista do Brasil exige a sábia aplicação do seu Programa. Exige que todo o povo patriota não se oponha, não meça sacrifícios para na presente hora oferecer a sua

solidariedade o seu dever para com a luta de libertação nacional. Em vista da grande luta que se desenvolve, é de utilidade que se verifique constantemente o Programa do PCB; é de utilidade que se estude cuidadosamente os seus pontos, discutindo-o e apreciando-o para que se possa ensinar as massas. É preciso levá-lo aos campos e às fábricas, a todos os setores de trabalho a fim de discutir, mostrar e ensinar ao povo a manejar tão valiosa arma que nos ofertou o PCB. A vitória do povo brasileiro dependerá da sua aplicação na luta pela libertação nacional!

O Programa do Partido Comunista é a arma decisiva da paz e da liberdade do povo brasileiro.

De Onde Partir Para Organizar a Frente Única?

SOBRE o debate aberto nesta seção pelo sr. Freitas Lopes (possível ou impossível a organização imediata da frente democrática de libertação nacional?) quero dar, também, minha opinião.

Quando o Programa do P.C.B. aponta o caminho da frente única não a coloca como uma questão remota (para depois, quando «se criarem condições») mas, como problema palpante, imediato. E diz, com a maior clareza, que é possível já esta frente única, mostrando como todos os setores nacionais e democráticos da população sofrem com a crescente dominação do imperialismo norte-americano em nosso país.

Do ponto de vista do que está escrito e afirmado no Programa a frente única, a estruturação da frente democrática de libertação nacional é tarefa fundamental e imediata dos comunistas e de todos os patriotas conscientes. Do ponto de vista teórico sua possibilidade está igualmente demonstrada, com a própria justiça da análise marxista que faz o documento básico do P.C.B. da relação de forças de classes no país e da situação política, econômica e social do nosso povo, neste momento.

A discussão, por isso, não pode se travar no terreno teórico da possibilidade ou impossibilidade da construção imediata da frente única — já que Freitas Lopes não põe em causa as teses do Programa. Trata-se, segundo sua carta, de um problema de aplicação prática do próprio Programa.

Mas creio necessária uma observação: é que, para o marxismo, o que é teoricamente certo, deve ser também na prática. Se teoricamente, como demonstram as teses do Programa, é possível a estruturação imediata da frente democrática de libertação nacional é que, isto também é praticamente possível. Trata-se de encontrarmos os meios adequados de pormos mãos à obra, levando em conta as condições concretas de cada local e de cada momento.

Do ponto de vista prático creio que há duas questões

importantes a resolver: a primeira é sobre o ponto de partida para a estruturação da frente democrática de libertação nacional, isto é, se devemos partir da criação de um organismo de cúpula, que impulse a formação dos organismos de base, ou se, pelo contrário, precisamos primeiro criar dezenas e centenas de organismos de base, para depois criarmos a cúpula, os órgãos dirigentes da frente única. A segunda é sobre a possibilidade de substituírem, legalmente, os organismos da frente democrática de libertação nacional que se organizem atualmente.

Creio que se fosse criada imediatamente uma organização de cúpula da frente democrática de libertação nacional ela teria, sem dúvida, grande importância, seria um fator de aceleração de sua estruturação. Poderia, mesmo, exercer o papel que teve, em 1935, a organização de cúpula da A.N.L. Mas, nas condições atuais do país, poderia subsistir uma organização de cúpula sem haver organizações, de uma frente única revolucionária como F.D.L.N.? Acho que não. Logo sobre ela abater-se-ia a reação imperialista e feudal-burguesa e a organização de cúpula nenhuma força teria para enfrentar esse golpe.

Daí julgar que a estruturação da frente democrática de libertação nacional deve começar pelas bases, pelos núcleos, inicialmente dispersos e logo após reunidos através de congressos locais, regionais e nacionais. Deve ser uma estruturação de baixo para cima.

Mas, esses núcleos iniciais poderão ser formados e existirão?

Creio que sim. Talvez não com uma tabuleta na porta, com o nome de frente democrática de libertação nacional, mas como organização legal de massas que adote um programa igual ao da F.D.L.N. A questão do nome, a meu ver, não é o principal; o que importa é a organização e o programa. Não duvido que, se tentarmos nas fábricas, no campo, nos locais de residência a criação dessas organizações, elas irão surgindo. — a) Pedro Bastos — Distrito Federal.

As Garantias de Que o Programa Será Levado à Prática

PERGUNTA — Que garantias podemos dar de que serão levados à prática os pontos do Programa do P.C.B. uma vez instaurado o governo democrático de libertação nacional?

(F. da Silva — Montes Claros, Minas Gerais)

RESPOSTA — A pergunta feita numa carta em que o leitor declara a questão das garantias de que serão cumpridas no Programa, acrescentando que "a Constituição atual inclui certos direitos do povo que, no entanto, não são respeitados".

O Programa do P.C.B. e a atual Constituição do país não podem ser confundidos, de maneira alguma. Há entre eles uma diferença fundamental, que explica a questão suscitada pelo leitor em sua pergunta.

A Constituição de 1946 é o estatuto político pelo qual se rege o atual Estado brasileiro. Não foi elaborado tendo-se em vista os interesses do povo, da maioria da nação. Ao contrário, ela assina e consagra os interesses das classes dominantes, os latifundiários e grandes capitalistas. Assegura o monopólio da terra, nega direitos democráticos como o de voto à maioria da população, defende a brutal exploração dos trabalhadores. É, no essencial, um instrumento de opressão contra o povo brasileiro. Em sua elaboração predominaram, por intensa maioria, os representantes do imperialismo yanque, dos latifundiários e da burguesia reacionária. Um desses representantes, o deputado udenista Alomar Baleeiro, fez da tribuna a comissão de que na Constituição de 1946 foi esmagadora a maioria de parlamentares "representantes de uma elite, saída das classes beneficiárias pela situação atual".

É verdade que a Constituição registra algumas conquistas democráticas, obtidas pelo nosso povo à custa de lutas e duros combates — conquistas essas que devemos defender tenazmente. Mas uma vez que o poder se encontra em mãos dos opressores e exploradores do povo — os latifundiários e grandes capitalistas — essas conquistas são sistematicamente violadas. Quer dizer: ao ser elaborada a Constituição os representantes das classes opressoras foram forçados a registrar os direitos conquistados pelas massas; mas como o exercício desses direitos contrariaria os interesses dos opressores do povo, são aquelas conquistas desrespeitadas e muitas vezes reduzidas a nada.

O Programa do P.C.B., exatamente por ser um programa não consigna as conquistas já alcançadas pelo povo brasileiro. Ele formula o que ainda não existe, trata de medidas ainda não aplicadas, mas que se torna urgente aplicar para impedir a catástrofe nacional e salvar o nosso povo. Essas medidas, expostas nos 45 itens do Programa do

P.C.B., expressam, as aspirações da imensa maioria da população brasileira. São medidas que correspondem fielmente aos interesses vitais da classe operária, dos camponeses, da intelectualidade, da pequena burguesia e da burguesia nacional. Mas não se trata de medidas que o P.C.B. promete levar à prática fazendo em torno de qualquer espécie de demagogia. O Programa do P.C.B. é um documento que se caracteriza, antes de tudo, pela sua indiscutível seriedade. Ao apresentar as medidas de salvação nacional resumidas nos 45 itens, o Programa esclarece que se trata de transformações democráticas e progressistas que só um governo democrático de libertação nacional, num regime democrático popular, poderá realizar. E exorta o povo brasileiro a lutar pela conquista desse novo poder.

Nisso reside a diferença essencial entre os princípios assinalados na Constituição atual e as medidas estipuladas no Programa do P.C.B. Isso explica também a questão da garantia do cumprimento, no futuro, dessas medidas.

Por que pode o nosso povo ter a certeza de que as transformações preconizadas no Programa do P.C.B. serão convertidas em realidade? Porque o futuro poder será o poder do povo, isto é, das classes e camadas sociais hoje oprimidas ou prejudicadas pelo regime de latifundiários e grandes capitalistas a serviço dos monopólios norte-americanos. Essas classes e camadas sociais — a classe operária, os camponeses, a intelectualidade, a pequena burguesia e a burguesia nacional — terão interesse em por as mencionadas transformações, que vêm ao encontro de suas necessidades e aspirações. E já que o poder estará em suas mãos não se pode duvidar de que as medidas democráticas e progressistas contidas no Programa do P.C.B. deixarão de ser convertidas em realidade.

Por tudo isso podemos afirmar que a luta pela aplicação das medidas preconizadas no Programa do Partido Comunista do Brasil é, antes de mais nada, a luta pela derrota do atual poder, do Governo de Vargas, e sua substituição pelo Governo democrático de libertação nacional. A vitória do Governo do povo será a maior garantia do inflexível cumprimento das medidas indicadas no Programa do P.C.B.

A IMPORTÂNCIA DA LUTA PELAS LIBERDADES

PERGUNTA — É justo afirmar-se que a luta pelas liberdades democráticas, no atual momento, é uma das nossas mais importantes tarefas se, como diz o Programa do P.C.B., as liberdades só serão asseguradas ao nosso povo depois da instauração do governo democrático de libertação nacional?

(Demétrio Peixoto da Silva — Recife, Pernambuco)

RESPOSTA — É inteiramente justa a afirmação a que se refere a pergunta. De fato, a luta pelas liberdades democráticas é uma das nossas mais importantes tarefas. Para essa luta devemos ganhar as mais vastas camadas do povo brasileiro.

Não existe nenhuma contradição, como parece entender o leitor, em se fazer essa afirmação e dizer-se, ao mesmo tempo, que as liberdades só serão efetivamente asseguradas ao nosso povo com a derrubada do governo de Vargas e a instauração do governo democrático de libertação nacional. Isso acontece porque enquanto estiverem no poder os latifundiários e grandes capitalistas, serviços dos monopólios norte-americanos, o povo brasileiro não poderá desfrutar de uma verdadeira democracia.

Como esclarece o Programa do P.C.B., a violência é a arma principal a que recorre o governo de Vargas para se manter no poder. Sem o emprego sistemático da violência, sem lançar contra o povo o terror policial que é uma característica de seu governo, Vargas não poderia impôr à Nação a sua ruínoza política de entrega do Brasil aos magnatas yanques, de preparação para a guerra e de esfomeamento cada vez mais impiedoso das grandes massas. Tal política se choca, cada dia mais abertamente, com os interesses e as aspirações da esmagadora maioria da população do país. Crescem, por isso mesmo, as lutas de nosso povo contra os efeitos dessa política — luta que já hoje abarca milhões de homens e mulheres em todos os pontos do Brasil. A medida em que Vargas insiste em levar à prática sua política de traição à pátria e ao povo, intensificam-se as lutas da classe operária e das amplas massas populares. O uso sistemático da violência pelo governo tem por objetivo sufocar essas lutas para tornar possível a venda definitiva do país aos imperialistas yanques e assegurar a existência por mais tempo do poder dos latifundiários e grandes capitalistas.

Procurando enganar as massas, Vargas e seus porta-vozes apresentam as violências praticadas pelo seu governo como "fatos ocasionais", atribuindo a sua responsabilidade tão somente a esse ou aquele agente policial. E' o que se verifica, por exemplo, agora mesmo, em relação ao brutal assassinio do jornalista Nestor Moreira. Referindo-se a esse inominável atentado, o general fascista Caiado de Castro disse, em entrevista à imprensa, tratar-se apenas de "um crime ocasional praticado por um guarda". Estas cínicas palavras refletem fielmente a manobra da camarilha de Vargas de tentar fugir à responsabilidade, perante as massas, não somente por este crime, mas por toda a série inumerável de violências que vêm se repetindo, inexoravelmente, sob o poder dos latifundiários e grandes capitalistas. O assassinio do jornalista Nestor Moreira nada teve de ocasional. Ele é, assim, mais um elo na longa e sangrenta cadeia de crimes contra o povo e de atentados à democracia praticados pelo atual governo.

Assim é que, nos três anos de governo de Vargas, já foram assassinados diversos trabalhadores e passaram pelos cárceres mais de dez mil pessoas, das quais mais de cinco mil estão sujeitas a processos judiciais e ameaçadas de condenação. As greves operárias são reprimidas com a maior brutalidade, enquanto se repetem, nos sindicatos, as arbitrárias intervenções da polícia e do Ministério do Trabalho. Jornais do povo são assaltados sucessivamente, como aconteceu, nos últimos tempos, com a "Folha do Povo" de Pernambuco e "O Momento" da Bahia. Os partidos políticos legitimamente democráticos, especialmente o partido da classe operária — o Partido Comunista — são mantidos fora da lei, negando-se aos eleitores o direito de votar no partido que defende os interesses e as aspirações do povo. Enfim, os direitos democráticos conquistados pelo povo brasileiro e inscritos, à custa de dura luta, na Constituição da República, são sistematicamente violados. Só à minoria exploradora e opressora do povo são reconhecidas as liberdades democráticas. Vargas tudo faz para implantar no Brasil uma negra ditadura fascista.

A interminável sucessão de crimes hoje praticados sob o governo de Vargas, como ontem sob o governo de Dutra, mostra que esses crimes nada têm de ocasionais. Eles são uma decorrência do próprio caráter do governo, uma consequência dos métodos por ele empregados para dificultar e esmagar as lutas operárias e populares, para entregar a no-

sa terra aos magnatas dos Estados Unidos, para manter, afinal, a dominação dos latifundiários e da grande burguesia vendida aos imperialistas yanques.

Só com a derrubada, portanto, do governo reacionário e despótico das atuais classes dominantes, poderá o povo brasileiro gozar plenamente as liberdades que hoje lhe são usurpadas. Só com a derrota do governo de Vargas e a instauração do governo democrático de libertação nacional, haverá democracia de fato em nossa pátria.

Mas isso não significa, de modo nenhum, que devemos então esperar pela instauração do governo democrático de libertação nacional, de nos submeter ao regime tirânico que hoje impera no país. Tal concepção é completamente falsa, e, se atuássemos de acordo com ela, seríamos levados a erros de gravíssimas consequências. Se é verdade que só com a derrubada de Vargas haverá uma verdadeira democracia no Brasil, é igualmente verdade que a luta atual pelas liberdades constitui um dos aspectos mais importantes de nosso combate pela instauração do governo democrático de libertação nacional. E' esta, portanto, uma de nossas tarefas essenciais.

Por que motivo é justo fazer-se tal afirmação?

Antes de tudo, a luta de massas pelas liberdades democráticas cria dificuldades cada vez maiores ao governo de Vargas no seu propósito de arrastar o Brasil pelo caminho da completa fascitização. Quanto mais ampla e vigorosa for a luta pelas liberdades democráticas, tanto mais difícil para Vargas será realizar os seus sinistros objetivos. Através dessa luta, pode o povo impôr ao governo o acatamento, mesmo precariamente, a certos direitos contra os quais se volta a camarilha no poder. Este é o exemplo da luta dos trabalhadores pela conquista dos seus sindicatos e pelo exercício do direito de greve. E' o exemplo também da luta pela conquista da praça pública para a realização de atos democráticos, como os comícios contra a carestia, pela paz e outras reivindicações populares. Sem dúvida, não há nenhuma garantia de que tais direitos estejam resguardados contra as violências policiais. Ao contrário, contra eles investe o governo, embora muitas vezes seja forçado a recuar. Mas não há dúvida também de que se as massas não estivessem lutando face-a-face com o governo pelo respeito a esses direitos, se o povo aceitasse passivamente as arbitrariedades e violências, já não existiria o mais leve vestígio de liberdades, mesmo precárias como são hoje. Como esclarece Prestes, a resistência oposta pelas massas à política de violência e terror de Vargas obriga o governo frequentemente a recuar, e inclusive exerce poderosa influência sobre os juizes e tribunais.

Isso cria condições para uma mais ampla mobilização das forças patrióticas e democráticas do país, facilita a luta das massas pelas reivindicações operárias e populares, pela libertação nacional, pela paz e a democracia, pela formação da frente democrática de libertação nacional, enfim, pela transformação em realidade do Programa do PCB. Como ensina o grande Lênin, a classe operária não pode preparar-se para a conquista de seus objetivos "sem travar, por todas as formas, uma luta consequente e revolucionária pela democracia".

A luta pelas liberdades reveste-se de enorme importância ainda porque é um dos fatores mais eficazes para isolar das grandes massas o governo de Vargas e todos os demagogos que tentam enganar o povo brasileiro com um palavreado pseudo-democrático, com retumbantes declarações de amor às liberdades. Na medida em que as massas se lancem na luta pelas liberdades, esses demagogos vão tendo as suas máscaras arriadas e aparecem com a sua verdadeira face de inimigos da democracia para o povo. Lutando pelas liberdades poderemos grupar numa vasta frente única as mais amplas forças democráticas e patrióticas do país, tornando mais próxima a derrubada do atual poder dos latifundiários e grandes capitalistas e a instauração de um governo efetivamente do povo, o governo democrático de libertação nacional.

A luta pelas liberdades é, por tudo isso, uma de nossas tarefas mais importantes. A ela devemos nos entregar com todo entusiasmo e persistência. Para que essa luta seja vitoriosa é necessário termos sempre presentes os ensinamentos contidos no informe de Prestes, de abril de 1953. Nesse documento, mostra Prestes a necessidade de serem extirpadas as tendências sectárias, que levam à subestimação da luta pelas liberdades, assim como as tendências oportunistas de direita, que levam a não se procurar mobilizar as grandes massas para a luta pelas liberdades democráticas.

Há em nosso país todas as condições para uma ampla e vitoriosa luta pelas liberdades, luta de fundamental importância para a vitória do Programa do P.C.B. São profundas as aspirações democráticas do povo brasileiro, é irreprimível o seu anseio pelas liberdades. Cabe-nos transformar em força organizada e irresistível essas aspirações e esse anseio.

UMA VITÓRIA DA UNIDADE DE AÇÃO DE TODO O FUNCIONALISMO DO BRASIL



4 grande massa de congressistas na sessão solene de encerramento, na biblioteca da Associação Brasileira de Imprensa

CENTENAS DE MILHARES de pessoas, homens, mulheres, velhos e jovens servidores públicos em todos os quadrantes do país, estiveram de olhos voltados para a Capital federal nos últimos dias de maio. Uma luminosa esperança nasceu no coração da grande família do funcionalismo civil com a realização do II Congresso Nacional, promovido pela União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil (UNSP). Trata-se dos trabalhadores das empresas do governo das camadas médias do funcionalismo a quem Vargas sempre negou, na prática, o direito de associação, tentando assim impedir a luta em defesa de seus direitos. Graças à sua luta, graças à tenacidade, com que nos últimos anos vêm lutando contra a miséria e a pauperização, chegaram ao seu II Congresso com 800 delegados representando funcionários da União, dos Estados, dos Municípios e autárquicos, de mais de uma dezena de unidades da Federação. Em meio a um contagiante entusiasmo, eles debateram com a maior seriedade os seus problemas. Quem viu o plenário do Congresso, nas sessões plenárias e, principalmente no encerramento, sentiu naqueles homens e mulheres irmanados um profundo otimismo, um irradiante sentimento de vitória.

Unidade em todo o país

A unidade, a unanimidade na quase totalidade das questões, foi o traço característico do Congresso da UNSP. O funcionalismo já conquistou, na prática, o di-

reito de organizar-se para o debate democrático e para a luta. Já se nota uma considerável diferença da situação de anos atrás. Só no Estado de São Paulo, proliferavam 43 organizações diferentes de funcionários públicos, algumas delas poderosas e aplicando sua tradicional po-

lítica de panos quentes na base da obediência à orientação governamental. Hoje, para citar apenas São Paulo, o funcionalismo marcha ali para a unidade sob a bandeira da sua associação criada sob os auspícios da UNSP. Em Santa Catarina, então, só há uma organização unitária do funcionalismo em geral — é a Associação filiada à UNSP.

A unidade e a organização surgem, assim, como uma imposição da própria vida, fruto da experiência de longos anos de luta contra o revisionismo alimentado pelos agentes do governo e os demagogos.

Desempenha um papel decisivo nesse sentido os operários das empresas estatais, mais experimentados na luta pelas reivindicações pela direta influência recebida dos sindicatos de trabalhadores da indústria. A primeira grande ação de envigadura, a paralisação dos funcionários da Repartição de Águas e Esgotos da Capital paulista, em sinal de protesto con-

tra o atraso dos vencimentos, surgiu inicialmente entre os operários, tendo à frente homens compenetrados da ideia da unidade. Inspirados pela segura orientação da UNSP. Esse movimento, que abrangeu cerca de 4.000 operários, ganhou logo a simpatia e a adesão dos funcionários das repartições da RAE e unindo a maioria esmagadora foi plenamente vitoriosa.

Solidariedade do povo

A pujaça que começa a ter o movimento unitário do funcionalismo em nosso país se deve não só ao incondicional apoio da massa de servidores, mas também ao interesse de toda a população que sofre na carne as consequências da carestia imposta pelo governo. Durante o conclave foi possível ter uma nítida ideia desse fato pelos exemplos citados. Numa cidade catarinense, Rio Negro, em menos de meia hora, foram recolhidos 8.000 cruzeiros para custear a viagem dos três delegados ali eleitos. O delegado de Porto de Paranaguá, eleito pela unanimidade, teve sua viagem custeada através de uma lista colocada na tesouraria com apoio do próprio superintendente daquela empresa estatal. Em Fortaleza, o custeio da viagem dos 25 delegados eleitos em grandiosa Convenção Estadual, foi coberto por contribuições dos servidores com o apoio do comércio de Fortaleza que contribuiu com mais de 20 mil cruzeiros nas listas dos ferroviários. Dando mostras de limitada abnegação e explrito de luta, os delegados cearenses enfrentaram

uma viagem de ônibus de mais de 3.000 quilômetros, para levantar no Congresso o seu grito contra a miséria que o governo lhes impõe.

Conteúdo patriótico das Resoluções

Outro aspecto marcante do Congresso foi o conteúdo popular e democrático das moções aprovadas com a mesma unanimidade com que foram adotadas a tabela de aumento e os princípios da reclassificação, com que foi eleita a diretoria da UNSP. A defesa das liberdades democráticas, do direito de sindicalização, foi levantada com a moção de protesto contra o assassinio do jornalista Nestor Moreira pela polícia de Vargas. O mútuo apoio em relações ao funcionalismo de todo o mundo, foi objeto de uma resolução para que a UNSP participe da Conferência Internacional dos Servidores Públicos a realizar-se em abril de 1955. Ao defender a independência econômica e política do país, o Congresso expri-



O sr. Lycio Haue, na presidência da UNSP quando discursava na instalação do II Congresso

miu ao mesmo tempo a solidariedade do funcionalismo brasileiro ao povo e ao governo da Guatemala pela ta que sustentam com imperialismo norte-americano. O Congresso pronunciou-se igualmente pelo aumento de preços. O movimento ferroviário da U decidu empenhar-se no tido de que seja apresentada a realização do Congresso anunciado pela Federação Nacional dos Ferroviários

Dentre as 150 moções aprovadas, destaca-se a que recomenda a todas as entidades de classe dos servidores públicos que, independentemente de partidos políticos, realizem conferências com os candidatos a postos eletivos, com o fim de, estudando o passado do candidato e a sua posição relativamente às reivindicações do funcionalismo, o recomendem publicamente à votação de seus membros.

O PAPEL DOS COMUNISTAS

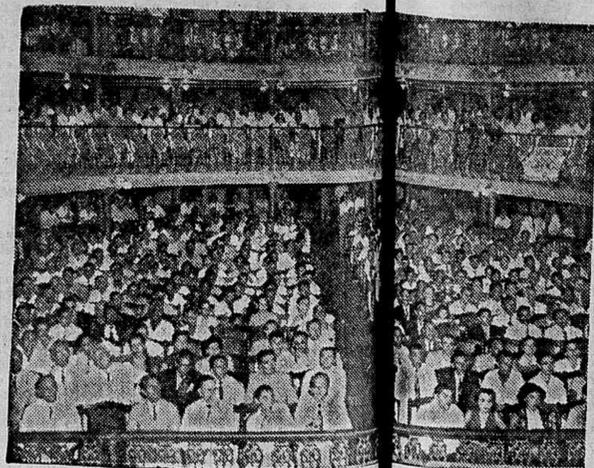
OS COMUNISTAS funcionários públicos esforçam-se por cumprir com honra e dignidade o seu papel na luta dos servidores públicos de todo o país. Ao lutar pela unidade inquebrantável das vastas massas populares integradas pelos funcionários públicos, ao empenhar-se na mobilização de seus milhares de companheiros para a luta contra a miséria e a pauperização, levantam sem cessar as reivindicações de todos os setores oprimidos pelo governo-patrão. Denunciam o governo da vida, pelo aumento da exploração, em consequência da desmora dos funcionários norte-americanos e seus iguais nos imperialistas norte-americanos e suas bôlicas sobre o povo, pelo saque do país.

Canções da unidade, os comunistas unem-se para apoiar o Congresso, lá estavam, o deputado Henrique Miranda, parlamentares de Prestes. Não achavam os traidores do funcionalismo que tudo isso suas justas reivindicações.

por cumprir com honra e dignidade o seu papel na luta dos servidores públicos de todo o país. Ao lutar pela unidade inquebrantável das vastas massas populares integradas pelos funcionários públicos, ao empenhar-se na mobilização de seus milhares de companheiros para a luta contra a miséria e a pauperização, levantam sem cessar as reivindicações de todos os setores oprimidos pelo governo-patrão. Denunciam o governo da vida, pelo aumento da exploração, em consequência da desmora dos funcionários norte-americanos e seus iguais nos imperialistas norte-americanos e suas bôlicas sobre o povo, pelo saque do país.

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Abrilhou o II Congresso da UNSP a presença de uma delegação da "Agrupación Nacional de Empleados Fiscales de Chile", entidade que participou recentemente da grande greve de 500 mil trabalhadores da vizinha república, em defesa das liberdades democráticas e das reivindicações econômicas. Os servidores públicos saudaram calorosamente essa demonstração de solidariedade internacional. A delegação veio integrada pelos srs. Julio Navarrete (chefe), Henry Tallery, Mario Matus e Valentin e, na sessão solene de encerramento fez à UNSP a entrega de dois artísticos pratos de cobre simbolizando a solidariedade do proletariado e dos servidores públicos chilenos.



A delegação cearense ao II Congresso da UNSP participou, em várias ocasiões, realizando uma representação efetiva do funcionalismo brasileiro durante a reunião nesta Capital.

Quando Veremos no Brasil As Jóias da Arte Soviética?

O esplendor e florescimento da arte soviética empolgam os povos de todos os países do mundo. O famoso balet russo, suas óperas e cantores de renome mundial, seus compositores imortais e intérpretes incomparáveis são objeto de uma admiração candente que aumenta à medida que se torna mais conhecida a obra criadora da arte soviética.

Bolchói — o Grande Teatro

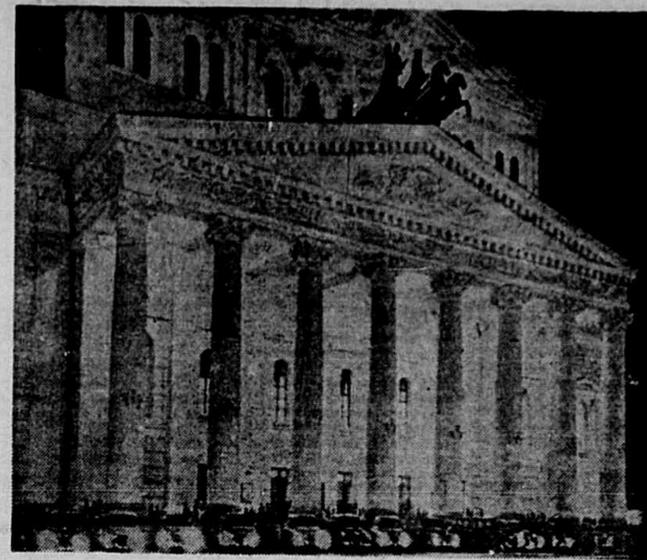
Em 1951, completou 175 anos o Teatro Bolchói, de Moscou, que simboliza no mundo inteiro a arte soviética. Na sua cena magestosa são levados os espetáculos mais famosos do mundo, diariamente para 4.000 espectadores. Os grandes mestres da ópera e do ballet, não só os clássicos russos e os mestres soviéticos atuais, mas também as melhores criações do gênio musical de todos os países e de todos os tempos são levados ao povo.

A solicitude e o interesse contínuos do Governo soviético asseguram ao Grande Teatro incalculáveis possibilidades artísticas. Trabalha

ham no Bolchói 3.000 pessoas, sendo mais de mil entre artistas, diretores, músicos, etc. Grandes somas são destinadas à preparação de cada espetáculo, o que permite aos diretores e cenógrafos reproduzir todas as peculiaridades da época histórica, dos costumes, dos trajes. A exigência artística é rigorosa para cada espetáculo, no Bolchói como no soviético em geral, pois sua atividade não é determinada por interesses comerciais, mas unicamente pelos mais altos objetivos ideológicos e estéticos.

200 milhões de amantes da arte

O regime soviético criou condições para fazer da arte algo inseparável da vida



Fachada do pagetoso Teatro Bolchói, de Moscou.

cotidiana de um povo de 200 milhões. As salas de concerto, as galerias de pintura, os teatros estão sempre cheios. A exigência dessa platéia sem igual no mundo é atendida por uma contínua produção artística de alta qualidade e pela formação de um número cada vez maior de grandes intérpretes. Os artistas surgidos do povo têm amplo campo de desenvolvimento.

Sómente os sindicatos da União Soviética contam com nove mil clubes e palácios de cultura. Nos clubes e palácios de cultura da URSS existem mais de 125.000 conjuntos de amadores. E al que dão seus primeiros passos no mundo da arte mais de dois milhões de pessoas.

Conjuntos e intérpretes individuais que se destacam nos festivais regionais são enviados a Moscou, onde os mais talentosos vão para escolas ou são diretamente admitidos pelas companhias existentes. Assim, há pouco ninguém conhecia Nell Kurikina, mas hoje nenhum habitante de Leningrado desconhece a solista do Teatro de Ópera e Ballet, Galina Oleschinko era, há pouco, colossiana. Seus primeiros ouvintes foram os camponeses ucranianos que a aplaudiam no clube do colcho. E agora sua magnífica voz de soprano é conhecida e admirada em toda a União Soviética. Continuamente a imprensa soviética nos oferece exemplos semelhantes.

Pelo intercâmbio cultural e artístico com a URSS

A arte soviética está intelmente consagrada à causa da manutenção da paz entre os povos. Não só os grandes criadores soviéticos de obras primas são divulgados, mas o que há de melhor em toda parte. Ainda há pouco, um entusiástico público soviético aplaudiu calorosamente a intérprete do folclore nacional brasileiro, Vanja Orico. A tenorizada da «Comedia Francesa» em Moscou foi um notável acontecimento artístico de repercussão mundial.

O intercâmbio cultural e artístico com a URSS é uma

aspiração da maioria esmagadora dos artistas brasileiros e é reclamada pelos massas populares e pelos círculos e personalidades mais representativas da cultura e da arte de nossa pátria. Esse intercâmbio colocará nosso povo em contacto com as

mais altas e grandiosas realizações de nosso tempo e será de incalculável proveito para nosso próprio desenvolvimento, a par de ser um fator de grande importância para reforçar a luta pela paz, afam de nosso e de todos os povos.



Uma famosa estrela soviética do Teatro de Ópera e Ballet de Leningrado.

AS TRÊS FILAS DE MOSCOU

MARIA DELA COSTA (De uma entrevista publicada na coletânea «Atravessando as fronteiras da URSS»)

SO vi três filas na União Soviética: para comprar livros, bilhetes para teatros e para visitar o túmulo de Lênin.



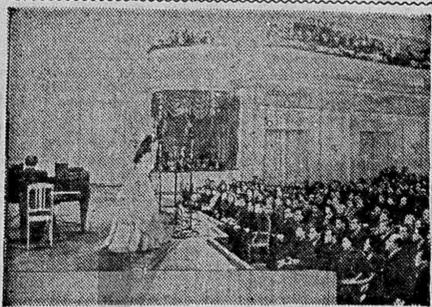
Existem 600 teatros em Moscou, incluindo os de fábricas e escolas, sendo 40 de vanguarda, ou melhor, para o público em geral. Assim mesmo é pequeno o número para uma cidade de sete milhões de habitantes apaixonados pela arte. Aliás, o povo é de tal forma culto artisticamente que, para entrar num teatro, é necessária uma boa dose de paciência e coragem, tal o assédio aos mesmos diariamente. É preciso uma grande força de vontade para aguentar aquelas filas...

Os teatros mudam os seus programas diariamente, o que significa uma média de 1.200 espetáculos por mês para o povo (sem contar as escolas e fábricas que apresentam novos programas, mas para um público exclusivo de operários e escolares). A mesma peça é levada por três companhias diferentes. Cada companhia tem sessenta artistas. Há trinta anos Ana Karenina é levada na U.R.S.S. e sempre com lotação esgotada.

Existem ainda os teatros especializados, que só montam determinadas peças.

Assistimos «Romeu e Julieta» com música de Prokofiev. Pensamos que eles só apresentassem peças soviéticas. Verificamos que, ao contrário, são universais de operários e escolares). A mesma peça é levada por três companhias diferentes. Cada companhia tem sessenta artistas. Há trinta anos Ana Karenina é levada na U.R.S.S. e sempre com lotação esgotada.

Julgávamos, também, que os soviéticos representassem com muito exagero. Contudo, verificamos que a representação é sóbria, humana, segura, quase sem gestos. Aprendemos muito quanto à técnica, iluminação e maneira de representar, pois o fazem de forma nunca vista.



Vanja Orico, na grande sala de concerto do Conservatório Chaikovski de Moscou, arrancou entusiasmados aplausos para a música brasileira.

VOZ DOS LEITORES

QUE É QUE HÁ COM O SINDICATO DOS TÊXTEIS DE TAUBATÉ ?

RECEBEMOS de nosso leitor Valério Silva, de Taubaté, uma colaboração de que fazemos o seguinte resumo: O movimento sindical em Taubaté se desenvolve lentamente sem lutas e sem reivindicações levantadas pelo sindicato dos têxteis que constitui a maioria do proletariado local. Atuava anteriormente à frente do sindicato uma diretoria astral que, além de nada fazer pelos trabalhadores, ainda os denunciava à polícia quando reclamavam seus direitos. Nas eleições sindicais, os operários derrotaram a chapa patronal elegendo outra formada por eles. Infelizmente, também desta vez os operários não escolheram os melhores dirigentes. O sindicato continuou não tomando conhecimento das reivindicações e nas assembleias, em vez de discutir os problemas operários, os diretores se batiam em questões pessoais e atritos. Quando em São Paulo se desenrolava a grande greve dos 300 mil trabalhadores, o sindicato não manifestou sua solidariedade e so por firme exigência dos trabalhadores foi enviada certa importância em dinheiro para os grevistas. Nem um protesto foi levantado contra as violências policiais do governo contra os grevistas.

Esses fatos passaram a ter efeito negativo entre os operários, levados à descrença e por isso a frequência no sindicato é muito baixa.

Sera por falta de reivindicações? Não. As reivindicações dariam para encher a sede se fossem passadas em manuscrito: é a falta de energia elétrica, servindo de pretexto para aumentar a exploração, é o horário de 10 a 12 horas em desrespeito às leis trabalhistas, é o trabalho noturno sem percentagem de acréscimo, são os menores que trabalham à noite, são os salários de fome, as multas.

Ainda no ano passado surgiu uma luta interna entre os diretores e no final vieram à tona as sabotagens

contra os operários. Nas assembleias rara era a vez em que não apareciam tiras dentro da sede e de outra feita a polícia armada se plantou na porta do sindicato. No final desta encenação pré-desmascaramento, o presidente foi suspenso por 30 dias e, após sua volta, foi expulso do cargo. Estes acontecimentos atraíram a atenção dos trabalhadores e teve grande repercussão na cidade. O rádio e os jornais, inclusive a política, punham na ordem do dia o fato da expulsão do presidente, tomando sua defesa. Isto mostra que ele podia ser tudo menos um homem dedicado às lutas dos trabalhadores...

Mas o movimento na sede diminuiu novamente e ao máximo porque os diretores restantes também nada fizeram pelas reivindicações dos operários. Veio depois a luta pelo salário-mínimo, chegavam notícias de concentrações, assembleias, conferências do proletariado da Capital. Mas em Taubaté, nada. Finalmente, por pressão dos trabalhadores, a diretoria foi obrigada a tomar posição. Mas ao realizar um comício, transformaram este ato num ato do Partido Trabalhista, puramente. Nenhuma comissão operária foi criada. Nenhum líder paulista falou. Só se viram os oradores rasgarem elogios a Getúlio, a Oswaldo Aranha, a João Goulart. Para os operários é claro que, se o governo não fosse um inimigo dos operários, não seria necessário realizar comícios e greves para arrancar os aumentos de salários e defender seus direitos... Qual foi o aumento que já recebemos sem luta? Nenhum!

Finalmente, apoiado no Ministério do Trabalho, o presidente expulso foi imposto novamente aos operários e os diretores aceitaram essa vergonha sem consultar os trabalhadores em assembleia. E tudo voltou a ser como antes.

Ora, o sindicato é uma organização de luta pelas reivindicações, de combate contra as leis que tentam impor aos operários uma escravidão no trabalho. E no regime capitalista, onde o governo é opositor aos trabalhadores, e dita as leis que só beneficiam os patrões, o sindicato deve ser o quartel-general das lutas da classe operária. E não um instrumento para bajular um fura-greva como Jango e o sr. Vargas, responsável pelo assassinio do grevista tecelão Altair, do Rio de Janeiro. O sindicato é por isso, também, um instrumento dos operários na luta pela liberdade e a democracia e de combate às violências do governo.

O mesmo que fazem com o sindicato os nossos inimigos, tentam também fazer com a nossa maior data, o 1º de Maio. Ao invés de comício e passeata para exigir o salário-mínimo e o congelamento dos preços, a diretoria do sindicato resolveu promover uma missa a que compareceram menos de 10% dos operários. E à noite, uma procissão. Ora, isso não é festa religiosa, muito diferente de uma festa do proletariado. E, o que é pior, a procissão foi transformada num comício em que, profanando a religião e profanando a data sagrada do proletariado, usaram da palavra traidores do proletariado e do povo. Nem uma palavra conclamando os trabalhadores à união, nenhuma saudade à grande data proletária.



ria. Nem uma palavra sobre as nossas reivindicações. Os diretores do sindicato reduziram o 1º de Maio a uma festa clerical e capitalista, a um ato de falsificação da história do movimento operário e de traição aos trabalhadores.

O fato é que os trabalhadores repudiaram essas manifestações dos divisionistas, o que ficou claro pelo pequeno comparecimento.

Necessitamos unir nossas forças dentro do sindicato. Só assim poderemos desmascarar os traidores e conhecer nossos verdadeiros líderes. Devemos exigir o congelamento dos preços, a jornada de 8 horas de trabalho e a anulação da portaria 20, do governo, que é um instrumento para liquidar a democracia nos sindicatos e perseguir os líderes operários mais combativos. Devemos construir a nossa unidade que é a nossa força. Sem isso os trabalhadores e todo o povo brasileiro não poderão conquistar um governo popular e verdadeiramente democrático e melhores dias para seus filhos.

NOSSO PLANO É O PROGRAMA DE PRESTES

O NOSSO LEITOR Anacleto Moraes, de Adamantina, Estado de S. Paulo, nos envia uma carta em que expressa sua revolta contra a conduta dos imperialistas norte-americanos na política internacional e particularmente em relação a nosso país. Escreve ele: "Eis os atos que praticam, os americanos do Norte em todos os países que se mostram fracos: os armamentistas chefiados pelas aves de rapina dos trustes americanos outra coisa não fazem senão impingir aos governos traidores de suas pátrias sacrificadas, a compra de armamentos e material de guerra, ficando eles com a direção das forças armadas do mundo capitalista. Isto quer dizer que, na prática, estas nações ficam desarmadas e o objetivo dos americanos é lançar toda a força destruidora contra a grande nação soviética, berço da felicidade, onde não se pensa em guerra porque todos são irmãos, construtores de uma civilização orientada para o trabalho e o bem-estar dos povos".

Em seguida o nosso leitor se refere às nossas riquezas naturais saqueadas pelos imperialistas norte-americanos, citando as grandes jazidas de manganês do Amapá. Refere-se depois à necessidade de aplicar aqui essas riquezas na fabricação de trilhos para o prolongamento das estradas de ferro, cuja falta é um fator de agravamento da crise no país. Defende a reforma agrária e cita o exemplo da

Guatemala, contra a qual se voltam os imperialistas norte-americanos porque deu terra aos camponeses.

Enquanto isso, o governo tenta burlar o povo, o que pretende fazer anulando na prática o salário-mínimo pela concessão de aumentos de preços exploradores". Surgem planos como o Esquema Aranha que não interessa ao nosso povo pois só beneficia aos trustes, aos latifundiários e aos grandes capitalistas.

Nós, os pequenos — diz ele — só temos um plano a seguir: é o apresentado pelo nosso líder Luís Carlos Prestes e seus leais companheiros de jornada. De que nos vale uma Petrobrás presidida por um entreguista que recebe ordens dos patrões dos Estados Unidos? As nossas riquezas só podem ser confiadas a brasileiros que defendem os interesses do nosso país e não de uma potência estrangeira.

NOTA DA REDAÇÃO — Este leitor enviou também alguns recortes de jornal sobre variados assuntos alguns dos quais serão acrescentados ao nosso arquivo. Solicitamos a este leitor que volte a escrever tratando de assuntos de Adamantina, sobre fatos da vida dos operários, dos camponeses, dos comerciantes, sítiantes, etc., mostrando a exploração a que estão submetidos, seus salários, contratos agrícolas, etc. e as dificuldades das demais camadas da população progressista.

OS CAMPONESES FESTEJAM O 1º DE MAIO

UM LEITOR de Marialva, Norte do Paraná, nos escreve sobre as comemorações do Primeiro de Maio pelos camponeses da Fazenda Mococa, localizada naquele município. Os camponeses formaram uma comissão composta de colonos e sítiantes e angariaram mais de cinco mil cruzeiros para os festejos. Foram comprados três bois e três quintos de vinho. Contrataram sanfoneiros e violonistas e prepararam cuidadosamente o local. As 5 horas da manhã de Primeiro de Maio teve início uma alvorada com salvas de foguetes e tiros de cartucheira. As 9 horas começou a competição esportiva, iniciada por um grupo de garotos, saindo vencedor o filho do colono Filipe. O primeiro colocado teve um prêmio de cem cruzeiros e um corte de camízia oferecido por um comerciante de Marialva. O 2º e o 3º receberam 70,00 e 50,00 respectivamente. Depois foi servido o churrasco.

Mais tarde teve início a reunião dos camponeses para ouvir vários oradores que falaram sobre o Primeiro de Maio. Foi ressaltada a necessidade da união dos camponeses. Um trabalhador, membro da União dos Operários de Londrina



um histórico do 1º de Maio, falou sobre a importância da aliança operário-camponesa e abordou os principais pontos do Programa do Partido Comunista apresentado por Prestes. O nome de Prestes foi saudado por prolongadas salvas de palmas, e mesmo se dando quando o orador, falou sobre a reforma agrária, sobre o confisco das terras dos latifundiários e sua distribuição aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra. De meio dos camponeses ouviram-se gritos de «Viva o Partido Comunista do Brasil». Finalmente o orador mostrou a necessidade da luta unida de todos os brasileiros patriotas para a salvação do Brasil contra a colonização dos imperialistas norte-americanos. Disse que o 1º de Maio é um dia de luta. Existem milhões de brasileiros morrendo de fome nas estradas do Nordeste e nas grandes cidades. O 1º de Maio só será também um dia de festa quando o Brasil for um país democrático popular quando os operários e camponeses estiverem no poder. Mas este dia só chegará quando expulsarmos os imperialistas norte-americanos de nosso país.

A festa continuou até altas horas com danças no terreiro, reinando a maior alegria e perfeita fraternidade entre os 300 camponeses que ali se reuniam para comemorar o dia do proletariado internacional

ESCLARECIMENTOS A UMA REPORTAGEM SOBRE O HORTO FLORESTAL DE RIO CLARO

RECEBEMOS de um leitor ferroviário da Companhia Paulista, de Rio Claro, Estado de São Paulo, a seguinte carta:

«No n.º 258, de 24-4-54, foi publicada uma reportagem sob o título «Dois de Nove Horas de Serviço Cultivam Gêneros Para Seu Consumo». Envio-lhe um recorte assinalando uma parte onde parece haver erro. Nessa parte a redação deve ser esta: «A Companhia paga Cr\$ 40,00 por dia porém o empregado retira 10 para si, pagando somente Cr\$ 30,00 para o empregado, roubando-lhe assim aquela importância retiradas. Esses mesmos empregados são utilizados pelos chefes para fazer plantação de milho, cujo produto é aproveitado na criação de porcos e galinhas. Esses produtos são devorados pelos próprios chefes e o restante eles vendem. Seus nomes são Arias e Luís Messetti». Quanto à parte que diz «dois de terça», o traba-

lhador não é empregado em Estrada, mas é terceiro e a terça que ele dá para a Companhia Paulista, o sr. Vicente Messetti vende e embolsa o dinheiro.

Quanto ao caso da viúva de funcionário da Estrada que foi despejada da casa da Companhia, que ocupava, trata-se de d. Julia Stalberg. E não é só a que fica o desprezo dos patrões para com os ferroviários e suas famílias. Quando morreu nosso com. chefe do trabalho Vitorio Carminati, quando morreram Angelina Sentinela, José Stalbe e João Catuzzo, tivemos que fazer listas de solidariedade para reunir o dinheiro necessário aos funerais. Pois ferroviário da Paulista vive em tal miséria que quando morre não deixa recursos nem para ser sepultado...

Homenagem Póstuma a um leitor da VOZ OPERÁRIA

DE UM LEITOR de Jaguaré, Rio Grande do Sul, recebemos a informação de que se promove naquela cidade um movimento para a construção de um túmulo no local onde se acha enterrado Galdino da Silva, leitor e amigo da imprensa popular miseravelmente assassinado em meados de 1953 por um policial da Brigada Militar. Galdino trabalhava na Indústria de Fumo Ernesto Benincá e gozava de estima geral. Por pura arbitrariedade o policial José Luzardo resolveu prendê-lo, sentindo-se, naturalmente, amparado pelo regime de violência que os Vargas impõem ao nosso povo. Depois de espancar o Galdino, de modo selvagem o policial, vendo que este procurava escapar de suas mãos, fugindo, alvejou-o pelas costas, ferindo-o mortalmente. Ao enterro compareceram centenas de trabalhadores, sendo geral a indignação.

Os poderosos do momento, influentes à testa da Brigada do governador Dornelles, tudo fizeram, contratando inclusive advogado para salvar o criminoso. Mas o Juri, realizado há cerca de um mês, constituiu uma verdadeira vitória da opinião pública e dos princípios de justiça. Trabalhadores vindos de todas as empresas e pessoas de toda a zona compareceram ao julgamento, de que o bandido saiu com a condenação merecida.

Como prova ainda maior do sentimento votado pelos trabalhadores à memória do democrata assassinado, o leitor da imprensa popular Galdino da Silva, corre pela cidade uma lista de contribuições para dar-lhe um túmulo digno, que não possui, em face da pobreza extrema da sua família.

POSTA RESTANTE

J. PAULO MARQUES — Recebemos sua colaboração. **SUCURSAL DE PORTO ALEGRE** — Recebemos, por intermédio dessa sucursal, colaborações sobre o Frigorífico Anglo e a «The Riograndense Light and Power Limited», datadas de janeiro. Como se trata de informações já publicadas pela VOZ OPERÁRIA, seria útil recebermos contribuição mais atual sobre as citadas empresas.

FORTALEZA — Leitor Manoel Coelho Raposo, recebemos com muito atraso sua boa colaboração sobre a Convenção dos Barnabés. Entretanto, creio que as denúncias que a reportagem contém serão úteis no processo da atual campanha. V. poderá entrar em contacto com os delegados e novas informações sobre todos os setores do funcionalismo, inclusive sobre a situação das instituições de previdência — caixas, etc.

CAPÃO BONITO — Carta de Francisco M. Rodrigues. **PELOTAS** — Reportagem sobre granjas de arroz. **NOVO HORIZONTE** — Denúncias de um camponês despejado.

S. SEBASTIAO DO PARAISO — Notícias sobre a campanha eleitoral. **J. PESSOA** — Informações sobre inauguração de posto eleitoral.

VOZ OPERÁRIA

Diretor Responsável
JOAO BATISTA DE LIMA E SILVA
MATRIZ
Av. Rio Branco, 257, 17.º and. sala 1712
SUCURSAIS

São Paulo — Rua dos Estudantes, 84, s.º 29 — 2.º andar.
P. Alegre — Rua Voluntários da Pátria 527, sala 48.
Recife — Rua da Palma, 295, s.º 205, Ed. Saet.
Salvador — Rua João de Deus, 1, s.º 1.
Fortaleza — Rua B, do Rio Branco, 1248, s.º 22.

Endereço telegráfico da Matriz e das Sucursais:

VOZPERIA
ASSINATURAS

Anual	Cr\$ 60,00
Semestral	30,00
Trimestral	15,00
N. avulso	1,00
N. atrasado	1,50

Este semanário é reimpresso em S. PAULO, PORTO ALEGRE, SALVADOR, RECIFE, FORTALEZA E BELEM.

Cinco de Julho Contra O Imperialismo Americano

O TRIGESIMO aniversário da data nacional de 5 de Julho será comemorado com grandes demonstrações patrióticas em todo o país. No Rio de Janeiro e nas capitais e principais cidades dos Estados, por iniciativa da Liga de Emancipação Nacional, essa data histórica será assinalada por grandes comícios em praça pública.

A LEN, com esta iniciativa assegura o maior brilho das comemorações daquelas jornadas de combate contra o atraso, a corrupção e os desmandos dos governamentais. E reafirma, como está dito no comunicado que distribuiu à imprensa, que «os temas que preocupavam os patriotas naquela época são de completa atualidade, agravados sempre pela ação imperialista dos agentes do Governo».

HA 30 ANOS...

A data de Cinco de Julho inscreve-se na nossa história como símbolo da resistência combativa e do espírito de luta, da revolta irreconciliável de nosso povo contra a opressão e a tirania.

A revolução de 5 de Julho de 1922 é recordada pela bravura dos «18 do Forte», que emocionou o país. A revolução de 5 de Julho de 1924 deu origem à legendária Coluna Prestes que levou o facho da luta e da esperança até os rincões mais afastados do Brasil. A heroica Coluna Invicta percorreu o país de sul a norte, de leste a oeste, cobrindo-se de glória em marchas e combates.

Desde então todas as lutas libertadoras de nosso povo

se ligam à evocação do 5 de Julho. As comemorações do Cinco de Julho —



SIQUEIRA CAMPOS

diz o comunicado da Liga da Emancipação Nacional — têm um fundo eminentemente popular e ao povo cabe a prioridade de promovê-las. Como legítima representante das aspirações de nosso povo, a Liga conclama todos os brasileiros, todas as organizações civicas, patrióticas e entidades de classe a se incorporarem à solenidade por ela programada e patrocinada, bem como a promoverem diretamente outras comemorações dessa grande data, agora incorporada ao seu calendário cívico.

CINCO DE JULHO CONTRA O IMPERIALISMO AMERICANO

Mas é desde o Cinco de Julho de 1935, quando Prestes lançou o manifesto-programa da gloriosa Aliança Nacional Libertadora, que a grande data cívica adquire um novo, mais alto e justo conteúdo. Denunciando a dominação imperialista e seu ponto de apoio, o latifúndio, Prestes apontou as verdadeiras causas da corrupção, do despotismo, das violações dos direitos constitucionais dos cidadãos, contra os quais se levantaram em armas os revolucioná-



rios dos Cinco de Julho. O imperialismo americano, eis o inimigo contra o qual é preciso lutar e que é necessário derrotar para libertar o Brasil.

A realidade dos fatos confirma dia a dia, através dos anos, a denúncia de Prestes. A medida que o tempo passa, mais profunda e feroz se torna a dominação americana em nossa pátria. Por isso, cada governo é pior do que o anterior e a situação do país se agrava sem cessar. Em toda parte e em qualquer setor de atividade que os brasileiros se ergam para resolver um problema nacional defrontam-se com a necessidade de abrir caminho através da luta contra o imperialismo

americano. Foi o que se viu, por exemplo, na memorável Convenção Pela Emancipação Nacional, onde, no fundo de cada uma das centenas de questões levantadas, o estudo e o livre debate não podiam deixar de assinalar a presença dos insaciáveis lobos imperialistas de Wall Street.

Esta comemoração nacional do trigésimo aniversá-

rio do Cinco de Julho, portanto, não podia deixar de ter esta característica: será um Cinco de Julho contra o imperialismo americano que «com o auxílio dos homens do Governo, como diz o comunicado da LEN, e de sua máquina administrativa, incentivando a corrupção e a venalidade, vai realizando rapidamente a colonização de nossa Pátria».

UMA EXPOSIÇÃO HISTÓRICA

A Liga da Emancipação Nacional promoverá uma grande exposição comemorativa do Cinco de Julho. Jornais revolucionários, correspondências, documentos os mais diversos, além de fotografias estão sendo reunidos pelos organizadores da exposição de modo a fazer uma reconstituição viva e convincente daqueles históricos acontecimentos.

Por este motivo, a L.E.N. está solicitando a todas as pessoas que disponham de jornais, cartas, fotografias ou quaisquer outros documentos relativos ao Cinco de Julho que colaborem na organização da exposição, de modo a torná-la a mais completa possível.

Novos Ritmos na Luta Pela Emancipação Nacional

SEMANAS DE AÇÃO PATRIÓTICA NO PARANÁ: UM DIRETÓRIO MUNICIPAL DA LEN POR DIA

NA ÚLTIMA semana de maio, organizaram-se Diretórios Municipais da Liga da Emancipação Nacional, no Paraná, à razão de um por dia. Este é um fato que fala bem alto das imensas possibilidades de um desenvolvimento ainda mais rápido do que habitualmente se pensa e que, em todo o país, se oferecem à LEN. Pois é evidente que não se trata de um acontecimento peculiar ao Paraná.

Dentro do quadro das características locais que definem a feição própria de cada lugar, o fundo dos problemas que o povo anseia por ver resolvidos é o mesmo. Em toda a parte, os brasileiros já não estão mais dispostos a suportar os efeitos desastrosos e funestos da espoliação dos imperialistas americanos e se erguem contra a ameaça de colonização total de nossa pátria pelos monopolistas ianques graças à traição do governo Vargas. Nestas condições, o toque de reunir da luta pela emancipação nacional encontra a maior ressonância onde quer que se faça ouvir.

Foi o que se viu no magnífico exemplo dos paranaenses ao qual está ligada a atuação patriótica do gal. Artur Carnauba. Os Diretórios Municipais da Liga da Emancipação Nacional foram fundados no seguinte ritmo:

- > 16 — Londrina
- > 18 — Rolândia
- > 19 — Cornélio Procopio
- > 20 — Maringá



Londrina, Cine Municipal: fala o gal. Carnauba. À direita, o deputado Gastão Vieira de Alencar.

- > 21 — Ponta Grossa
- > 22 — Campo Largo
- > 23 — Antonina
- > 24 — Paranaguá

Organização Meticulosa

Condições semelhantes, senão melhores, existem em muitos outros Estados. Por isso mesmo, é de sumo interesse verificar o que nos transmite mais, o quadro acima exposto.

Salta à vista que houve uma programação meticolosamente organizada em articulação com o Diretório Central da Liga. Mas isto não bastaria para se dizer que a improvisação foi totalmente eliminada. A cuidadosa organização do trabalho compreendeu ainda outro ele-

elemento indispensável e de vital importância — a atividade dos patriotas em cada cidade, mobilizando-se todos os recursos locais, realizando entendimentos e conversações com as personalidades, convocando o povo, desenvolvendo a propaganda.

Esse trabalho em várias direções — articulação com o Diretório Central, mobilização dos recursos locais, chamamento das massas populares — trabalho em comum dos patriotas em função do elevado ideal de emancipação nacional e tomando em conta os candentes problemas locais, dá como resultado concreto a fundação de ativos e dinâmicos diretórios municipais.

Repercussão e Mais Impulso

Os organizadores da Liga da Emancipação Nacional no Paraná não se detêm no seu impulso. Organizados os diretórios municipais, prossegue a atividade de fundação dos núcleos nas empresas, nos locais de residência e por profissão.

Ao mesmo tempo, a repercussão desses êxitos acelera os trabalhos já iniciados em muitos outros municípios. Assim, os paranaenses anunciam mais uma semana de grande rendimento, de 15 a 22 corrente, durante a qual deverão ser instalados os diretórios de Apucarana, Porecatú, Nova Fátima, Jataízinho e Bandeirantes.

Não demonstram esses ritmos reais — estamos diante de fatos concretos, de realizações práticas — que a campanha pela emancipação nacional galvaniza os brasileiros, que as massas estão ansiosas pela oportunidade de se unirem e se lançarem à luta, à ação?

Esta experiência está repercutindo e inspira novas iniciativas. Pelas informações já divulgadas, verifica-se que a LEN, nos seus diversos escalões, está preparando para breve diversas discussões e debates, ao mesmo tempo que se organizam caravanas que levarão a todos os recantos a convocação para a luta pela libertação da pátria e instalação de diretórios e núcleos, na construção acelerada do maior movimento patriótico de nossa história.

Um livro de enorme interesse para os estudiosos da

REFORMA AGRÁRIA

- ★ Que é um latifúndio?
- ★ Que quantidade de terra basta para sustentar uma família?
- ★ Qual a atitude dos partidos ante os problemas agrários?

essas e outras questões estão respondidas em



O PROGRAMA AGRÁRIO DA SOCIAL-DEMOCRACIA

no primeiro revolução russa de 1905 - 1907

de V. I. LENIN

283 páginas

Cr\$ 35,00

EM TODAS AS LIVRARIAS

Alerta a Classe Operária Em Defesa do Salário-Mínimo

NO DIA QUATRO de julho próximo entra em vigor o novo salário-mínimo conquistado pelos trabalhadores brasileiros.

Profisionado pela unidade de ação da classe operária e não podendo mais manobrar impunemente, Getúlio não conseguiu prosseguir nas suas costumeiras protelações e «estudos», sendo forçado a assinar o decreto a Primeiro de Maio. Entretanto, demonstrando mais uma vez que deste governo anti-operário só se arranca a satisfação de qualquer reivindicação com dura luta, Getúlio incluiu um artigo no decreto determinando que o salário-mínimo só entraria em vigor dois meses depois. Dessa forma, ficou claro o objetivo de Vargas de dar tempo aos patrões para manobram a vontade contra os interesses de milhões de trabalhadores e concedeu um prazo aos tubarões para que continuassem elevando os

A BRECHA PARA A ASSIDUIDADE

A própria experiência da luta contra os salários de fome e contra as manhas do Governo e dos patrões indica aos trabalhadores a necessidade da maior vigilância em torno da manobra do salário hora.

Com esse expediente, hábil e traiçoeiramente preparado pelos patrões, a assiduidade pode entrar pela porta dos fundos e anular a grande conquista operária do salário-mínimo. Vejamos: embora o decreto não declare abertamente a exigência da assiduidade integral, a verdade é que toda a legislação trabalhista e as decisões da Justiça do Trabalho estão cheias da cláusula escravista da assiduidade. A assiduidade é um perigo que espreita o trabalhador por todos os lados e continuamente.

Agora mesmo, os comerciantes acabam de obter um aumento através da Justiça do Trabalho. Esta impôs a assiduidade.

A lei 605, que regula o pagamento da folga remunerada, igualmente submete o pagamento dos domingos e feriados à assiduidade.

Tudo isso facilita as manobras patronais. As multas

pelos inevitáveis atrasos no serviço, as punições descaídas por faltas devidas à enfermidade ou outras podem anular o salário-mínimo, cortando a parte relativa aos domingos e feriados.

E de toda a evidência, portanto, que a luta pelo pagamento do salário-mínimo sem restrições é inseparável da luta contra a assiduidade. Porque o decreto que transformou em lei essa exigência dos trabalhadores não é uma coisa isolada, solta no espaço. Existem as outras leis, a Justiça do Trabalho e sobretudo a invariável má fé do Governo.

O SALÁRIO-MÍNIMO NO TRABALHO INSALUBRE

Nos meios sindicais surgiu o alerta contra a manobra de contar sistematicamente um mês de 240 horas para efeito do salário-mínimo. Isto encerra uma armadilha contra os operários que são explorados no trabalho insalubre, pois seu mês completo de trabalho tem menos de 240 horas. Por exemplo, os trabalhadores em frigoríficos ou outras profissões em que a jornada legal de trabalho é menor, têm o salário mínimo horário calculado de forma que o total men-

preços das utilidades indispensáveis e de consumo obrigatório. Vargas não determinou o congelamento dos preços, fazendo ouvidos de mercador ao clamor do povo contra a carestia.

Não contente com isso, com o pretexto cínico de que o decreto tinha sido publicado com incorreções, o que não é verdade, fez republicá-lo no «Diário Oficial» com alterações. Foi introduzido o salário-hora, de modo a facilitar a ofensiva patronal contra a grande conquista da classe operária.

Tudo isto faz com que os trabalhadores se mantenham alerta, pois sabem que o salário-mínimo corre perigo. E à medida que se aproxima o dia 4 de julho, quando as novas tabelas entrarão em vigor, intensificam a sua luta pelo pagamento sem restrições do salário-mínimo e pelo congelamento dos preços.

sal, sem extraordinário, de os 2.400,00 para o Rio e cubra o total determinado para os Estados, 1.800 cruzeiros para o Rio Grande do Sul, 2.300 cruzeiros para São Paulo e assim por diante. Sendo assim, o salário-mínimo horário é de 13,33 para o caso da jornada legal de seis horas de trabalho, de 16,00 quando o dia é de cinco horas de trabalho.

Por aí se vê claramente que a luta pelo pagamento do salário-mínimo sem restrições é a luta pelo respeito às disposições que defendem os trabalhadores em ocupações insalubres.

SEM O CONGELAMENTO DOS PREÇOS, O SALÁRIO-MÍNIMO É UM LÓGRO

Ao mesmo tempo, os trabalhadores não podem abrir mão em hipótese alguma da exigência do congelamento dos preços ao nível de junho de 1952. Sem isso, os tubarões acabarão anulando completamente o salário-mínimo. É visível a qualquer um que Getúlio tudo está fazendo para não só para não congelar os preços, como para elevá-los ainda mais através da sua COFAP.

A luta pelo congelamento é inseparável da luta pela aplicação real do salário-mínimo. É uma luta que interessa profundamente a todas as camadas da população e coloca a classe operária no seu papel de força dirigente da luta pelas reivindicações mais sentidas das massas de milhões de pessoas. Na luta pelo congelamento dos preços está uma grande e incalculável força dos trabalhadores. Neste mês decisivo que nos separa da vigência do novo salário-mínimo a luta pelo congelamento será intensificada cada vez mais.

UNIDADE DE AÇÃO, A CHAVE DA VITÓRIA

É claro que a luta pelo salário-mínimo traz consigo a campanha pelo reajustamento geral de todos os salários, ordenados e vencimentos, abrangendo todos os trabalhadores e todo o funcionalismo público civil e militar. É nesta luta e para esta luta que se forja, fortalece e amplia a unidade de ação, unindo todos os que trabalham num bloco sólido e ir-

reversível. Quem diz unidade de ação, diz organização. A aproximação do mês de julho, portanto, quando deverão ser pagos os primeiros salários de acordo com o novo salário mínimo, indica a necessidade do fortalecimento das comissões intersindicais que se ampliam ainda mais, dos sindicatos através da intensificação da sindicalização em massa e pela organização sindical nas empresas e locais de trabalho.

É dessa forma que foram conseguidas as primeiras vitórias. Seguindo por esse caminho os trabalhadores conquistarão o pagamento do salário-mínimo sem restrições e o congelamento dos preços.



A luta dos trabalhadores nas empresas e dentro dos sindicatos, desencadeia-se agora para garantir a aplicação do salário-mínimo sem restrições e pelo congelamento dos preços. Ontem, como hoje, em assembleias e na praça pública, o proletariado se levanta em defesa de seus direitos.



Viva os Partidos Comunistas

FUNDADO O PARTIDO COMUNISTA DE HONDURAS

SEGUNDO INFORMA o «Daily Worker», de Nova Iorque, foi fundado recentemente um novo Partido Comunista na América Latina: o Partido Comunista da Honduras. O novo partido foi fundado numa conferência nacional reunida em março deste ano. Por decisão da Conferência, o P. C. hondurenho passou a editar um jornal «Trabajo», que se publica com os seguintes lemas: pela libertação nacional, a democracia, a paz e o socialismo.

O P. C. H. é ilegal, assim como o movimento sindical. Não obstante isso, porém, crescem dia a dia as manifestações de combatividade dos trabalhadores do país, como o atesta brilhantemente a greve dos 25.000 operários da «United Fruit» no norte do país, que já dura cerca de um mês.

AS VÉSPERAS DO X CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA TCHECOSLOVÁQUIA



O DOCUMENTO a ser discutido por todas as organizações do Partido antes do próximo Congresso foi publicado no «Rude Pravo» e intitula-se: «Diretivas do X.º Congresso do

Partido Comunista da Tchecoslováquia pelo incremento substancial da produção agrícola no curso dos dois ou três anos próximos». O documento traça uma série de tarefas concretas e estabelece, por exemplo, conseguir até 1957 um aumento de 200.000 ha. de terras lavráveis e o aumento do rendimento na produção de diversos gêneros fundamentais de amplo consumo.

NOVO PROGRAMA DO P. C. DE PORTO RICO

REUNIU-SE em S. Juan o IV Congresso do Partido Comunista Portorriqueño, que adotou um programa incluindo a criação de uma frente de libertação na-

cional englobando os operários, os camponeses, os representantes das classes médias e da burguesia nacional que lutam pela independência de Porto Rico.

O Congresso elegeu o Comitê Central, composto de nove membros. O camarada Juan Santos Rivera foi eleito presidente e o camarada Ramon Mirabat secretário geral do Partido.

REUNIÃO DO C.C. DO P.C. DA BÉLGICA

Esteve reunido o C.C. do P.C. da Bélgica, entre 8 e 16 de maio, que fez o exame crítico e autocrítico do trabalho do Partido nas últimas eleições, à base de um

informe do camarada Edgar Lalmand, secretário geral do Partido. O C.C. decidiu igualmente convocar o XI Congresso do Partido para novembro deste ano. Uma nova reunião do C.C. se

realizará brevemente a fim de discutir a questão sindical, os problemas da imprensa do Partido e a elaboração das teses para o XI Congresso.



Jornal de Empresa - Poderosa Arma Na Luta Contra a Fome e a Exploração

OS JORNAIS de empresa constituem uma arma poderosa nas mãos da classe operária. Eles desempenham um papel cada dia mais importante para impulsionar as lutas dos trabalhadores pelas suas reivindicações econômicas e políticas.

Os jornais de empresa representam um fator decisivo para desenvolver a unidade de ação e a organização dos trabalhadores, para a conquista de melhores condições de vida e de trabalho. Eles são,

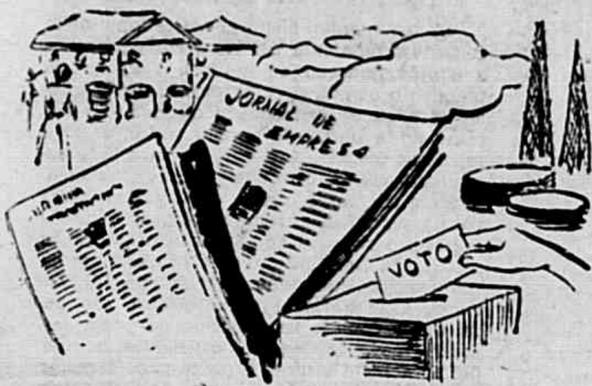
além disso, um valioso fator de esclarecimento político dos trabalhadores, aos quais denunciam a política antioperária do Governo de Vargas e mostram a necessidade da luta pela paz, pelas liberdades democráticas e pela independência nacional.

Tendo em vista a crescente importância que adquirem os jornais de empresa, torna-se indispensável fazer com que todos os setores de trabalho, especialmente as empresas com mais de 500 trabalhadores, possuam o seu próprio jornal.

De Que Trata um Jornal de Empresa?

Os jornais sindicais se dirigem a um círculo determinado: os trabalhadores de uma empresa ou um setor de trabalho. As

matérias publicadas devem ser escolhidas, portanto, de modo a fazer com que o jornal reflita os problemas e os inte-



rêsses desses trabalhadores, evitando-se as generalidades.

No momento, os jornais de empresa lutam pelo recebimento integral do novo salário-mínimo, pelo aumento geral de salário e pelo congelamento dos preços dos gêneros alimentícios. Denunciam as formas de superexploração adotadas nas empresas e as arbitrariedades cometidas pelos patrões.

Além disso, os jornais de empresa tratam das questões políticas que interessam a toda a classe operária e o povo. Lutam contra a dominação do Brasil pelo imperialismo americano, apoiam a Liga da Emancipação Nacional; defendem a paz e as liberdades democráticas e denunciam perante todos os trabalhadores o cará-

ter antioperário do governo de Vargas — governo de fome e opressão contra as massas.

Atualmente, os jornais de empresa participam com vigor da campanha eleitoral, mostrando aos trabalhadores que é preciso fazer das eleições de outubro uma vitória do povo, votando nos candidatos patriotas e derrotando o governo de Vargas, os agentes do imperialismo norte-americano e todos os inimigos do povo.

Para que os jornais de empresa possam se ligar às massas e interessar realmente aos trabalhadores, é indispensável saber *dosar* as matérias, a fim de evitar que predominem os problemas políticos gerais.

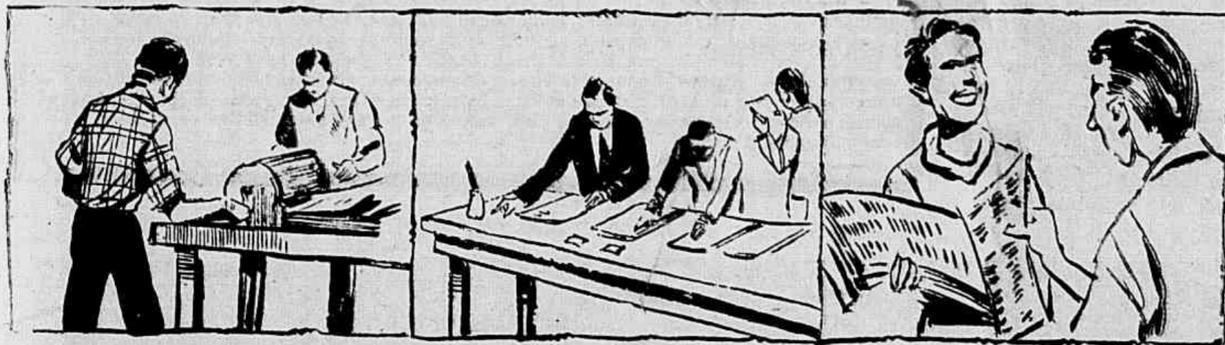
COMO FAZER UM JORNAL DE EMPRESA?

O jornal de empresa tanto pode ser impresso como mimeografado. Devem ser feitos todos os esforços no sentido de que os jornais sejam impressos, tenham um número regular de páginas, sejam bem paginados e ilustrados e circulem em datas certas. O jornal deve ter sempre uma organização estável, possuindo diretor, redatores e correspondentes. Nos setores ou empresas onde não seja possível imprimir o jornal, pode ele ser mimeografado até que sejam criadas as condições para passar a ser impresso.

As matérias divulgadas no jornal de empresa

devem ser curtas, objetivas, escritas em linguagem direta e acessível a todos. As matérias longas e palavrosas tornam o jornal desinteressante para os trabalhadores.

O jornal de empresa só cumprirá de fato a sua missão se for feito pelos próprios trabalhadores. Daí a necessidade do jornal possuir, além dos redatores permanentes, um grande número de correspondentes, que escrevam sobre as lutas, as reivindicações e os problemas dos trabalhadores de todo o setor ou empresa.



COMO LEVAR A MASSA O JORNAL DE EMPRESA?

Deve haver sempre a preocupação de levar o jornal de empresa a todos os operários do respectivo local de trabalho. O jornal se transforma numa grande força quando os operários reconhecem: *este jornal é minha arma na luta contra a exploração.*

A difusão do jornal de

empresa pode ser feita no próprio local de trabalho, quer individualmente quer através de comandos. Pode ser feita, também, aproveitando-se as reuniões nos sindicatos, assim como de casa em casa nos bairros onde residem os trabalhadores.

A propaganda de cada número do jornal, a colagem de suas páginas em locais onde se concentrem ou por onde passem os trabalhadores, a leitura de trechos do jornal em grupos de operários —

são formas de ajudar a maior difusão dos jornais de empresa.



POR UMA GRANDE IMPRENSA SINDICAL

Numerosas são as dificuldades que têm de ser enfrentadas pelos trabalhadores a fim de manter e reforçar cada vez mais os jornais de empresa, afiadas armas na luta da classe operária contra a fome e a exploração, pela paz, a democracia e a independência nacional.

Conscientes, porém, do quanto

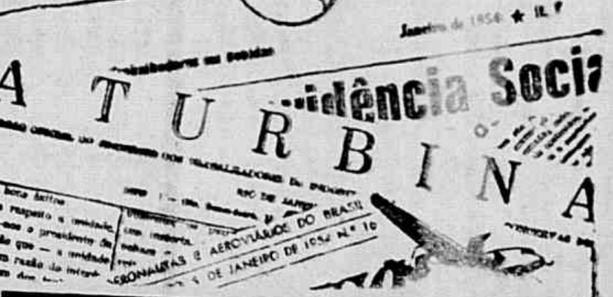
valem os jornais de empresa, os trabalhadores estão firmemente dispostos a vencer todas as dificuldades para manter e ampliar uma poderosa rede de jornais sindicais em todo o país, para fazer com que não fique uma só empresa, especialmente aquelas com mais de 500 operários, sem o seu próprio jornal.

O TEAR

UNIV. VON OPERÁRIOS DE RIO DE JANEIRO

ANO I - Rio de Janeiro, Dezembro de 1933 - Número 1

Abono de Natal



Finanças Para Manter o Jornal

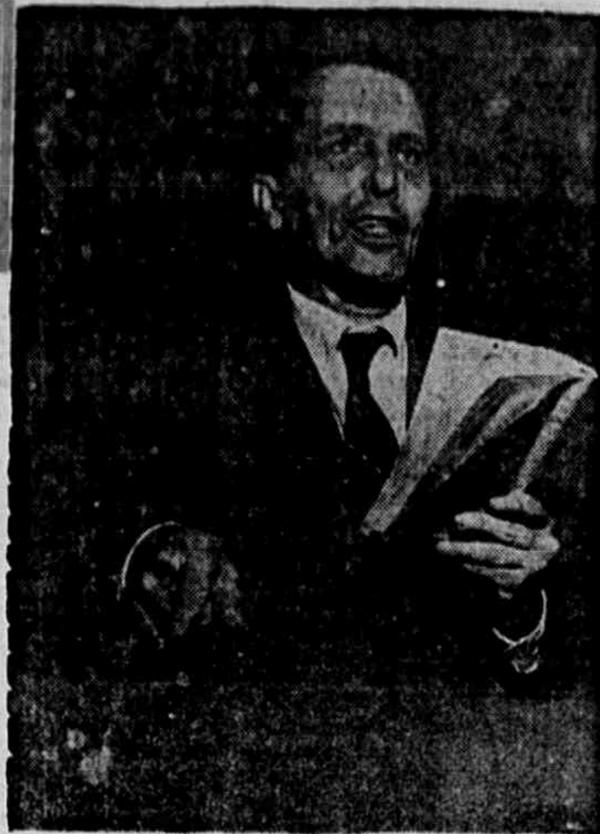
Para se manter, o jornal de empresa precisa apoiar-se num trabalho permanente de finanças. Como conseguir os recursos financeiros indispensáveis?

Eis alguns meios indicados pela experiência: cobrança dos jornais; criação de um grupo de contribuintes regulares; realização de coletas entre os próprios trabalhadores e em outros seto-

res; iniciativas diversas como a promoção de concursos, sorteios, excursões, etc.; publicação de anúncios.



TRAVA-SE NAS ELEIÇÕES A LUTA PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS



LUIZ CARLOS PRESTES na tribuna do Senado

A CONSTITUIÇÃO DO BRASIL nega à maioria dos cidadãos o direito de votar, proibindo os analfabetos e militares de participarem nas eleições. Não contentes com essa restrição constitucional, profundamente reacionária, a camarilha dominante no país tudo faz para cercear ainda mais os direitos democráticos e impedir a livre manifestação da vontade do povo nas urnas. Em 1947, por ordem dos imperialistas americanos, foi cassado o registro do Partido Comunista do Brasil, que conquistara a legalidade como resultado das grandes vitórias democráticas obtidas no decurso da guerra contra o fascismo.

Ditadura fantasiada de Democracia

Apavorada ante o amadurecimento político

do povo, a camorra reacionária de latifundiários e negociatas que detém o governo, a serviço dos trustes americanos e de seus odiosos privilégios, tem procurado sob tôdas as formas impedir que o povo utilize as eleições como meio de luta por seus interesses vitais e para defender a pátria da sujeição aos EE. UU. Com esse objetivo, o governo de Getúlio, como antes o governo de Dutra, servindo-se de seus juizes e policiais, viola cínica-mente a Constituição ao cassar mandatos legítimos, anular candidaturas legalmente registradas e impedir a constituição de partidos democráticos sob os pretextos mais absurdos. Procuram assim os detentores do poder tornar impossível a existência legal de uma verdadeira oposição à sua política de tirania, traição nacional e esfomeamento do povo.

Nas mãos do povo a bandeira das liberdades

Alertado e guiado pelo Partido Comunista, nosso povo vem lutando pelas liberdades democráticas, defendendo seus direitos e exigindo o cumprimento das garantias constitucionais. As forças populares de oposição à política de Getúlio e a seus adeptos norte-americanos têm crescido imensamente no país. A esmagadora maioria da nação levanta-se contra a dominação imperialista e contra a falsa democracia com que se pretende camuflar uma ditadura exercida contra o povo e a nação. Hoje, as forças democráticas estão em condições de conquistar novas vitórias e impedir que as eleições sejam apenas uma farsa de cunho fascista.

Candidatos do povo contra os entreguistas

Nestas condições, as eleições de outubro próximo têm uma grande significação para o povo. Todas as restrições antidemocráticas poderão ser anuladas pela mobilização e a união do povo na luta eleitoral, na campanha para derrotar os entreguistas e eleger candidatos patriotas. E assim, será, porque, em todo o país, o povo se movimenta para criar postos eleitorais, registrar novos eleitores, apresentar candidatos de sua confiança e assegurar a participação de seus candidatos no pleito em todos os Estados e municípios.

Serão Destroçados os Condiúos Fascistas

Visando lançar o desânimo entre o povo e propiciar a abstenção eleitoral, alguns jornais das classes dominantes, assustados an-

te o crescente entusiasmo do eleitorado, vêm procurando espalhar boatos e propagar a idéia de que só participação do pleito os candidatos afeiçoados ao regime da opressão e miséria existente no país, baseando-se em golpes reacionários desfechados no passado com a ajuda de juizes de farsa. Entretanto, todos esses planos e desejos dos lacaios do opressor americano estão destinados ao mais completo fracasso porque o povo já está nas ruas e há de assegurar, através da ação unida de todos os patriotas, o respeito a seus direitos. A mais vigorosa ação das massas populares, unidas em cada lugar pelo objetivo comum de derrotar os entreguistas, há de deter a mão dos ladrões de votos e transformar o pleito numa vitória contra o governo de traição de Getúlio e seus aliados opo-

Batalha Pela Democracia

A campanha eleitoral deste ano além de constituir uma luta contra o entreguismo e a traição nacional do governo Vargas, tem também o caráter de uma grande batalha pelos direitos e liberdades democráticas. Mobilizando e unindo-se para o pleito, o povo repele as medidas fascistas contra a livre associação, contra o direito de greve, os camponeses exigem o direito de se organizarem para a defesa de seus interesses, os cidadãos impõem o respeito às garantias consagradas na própria Constituição. «O voto não é um direito apenas, mas um dever do cidadão», declarou Luiz Carlos Prestes. Assim, não pode haver conluio reacionário que possa impedir o povo de eleger os candidatos de suas preferências e utilizar o pleito para derrotar os inimigos da pátria e agentes da reação fascista.

LEGALIDADE DO P. C. B. PARA CONQUISTAR A DEMOCRACIA

POR cima de tôdas as diferenças de opinião, nosso povo compreende que não pode haver democracia no país nem qualquer eleição representativa se tôdas as forças políticas de expressão entre o povo não puderem participar legalmente da escolha dos parlamentos e dos governos dos Estados e municípios. Sómente os fascistas declarados, os herdeiros de Hitler podem entender de impedir a legalidade de um partido tão significativo para a vida do país como o Partido Comunista. O P. C. B. é a força mais importante e mais combativa que se levanta em defesa da pátria ameaçada de colonização, em defesa das liberdades democráticas e em luta por um futuro de abundância e bem-estar para o povo brasileiro. Para o Programa do P. C. B. voltam-se as esperanças de milhões de brasileiros que sentem estar ali o caminho da libertação e da paz. E' por isso que, de tôdas as partes, surge a reivindicação da esmagadora maioria da nação: legalidade para o P. C. B., reivindicação que se manifesta através de mensagens e resoluções, de assembleias e reuniões. Lutar pela vitória do povo nas próximas eleições é, assim, lutar igualmente pela conquista da legalidade para o P. C. B., passo decisivo no caminho da verdadeira democracia, da democracia para o povo, contra os algozes e espoliadores do povo.

★

ESCLARECER

MOBILIZAR

ALISTAR

★

ninguém pode negar ao povo o direito de reunir-se em praça pública. Lutando pela eleição dos patriotas, os cidadãos exigem o respeito às liberdades e o direito do Partido Comunista à vida legal.



A Campanha Eleitoral—Uma Grande Tarefa

MAURÍCIO GRABOIS

AS ELEIÇÕES de 3 de outubro representam um importante acontecimento político na vida do país. Com a aproximação do pleito eleitoral, milhões de brasileiros começam a se movimentar à procura de uma solução para os problemas nacionais. Os eleitores preparam-se para derrotar nas urnas a camarilha de latifundiários e grandes capitalistas que, encastelada no poder e a serviço dos multimilionários norte-americanos, infelicitou o Brasil. Mais de seis milhões de cidadãos serão chamados a julgar o governo de Vargas e os partidos políticos que traem o povo e a nação.

A direção nacional do Partido Comunista do Brasil, avaliando o grande significado político da campanha eleitoral, tomou em tempo útil as resoluções necessárias para assegurar a participação dos comunistas nas eleições. A resolução do Comitê Central do P.C.B. sobre a luta de massas pela legalidade do Partido e a entrevista de Prestes sobre as eleições forneceram a orientação para enfrentarmos de maneira justa o pleito eleitoral de outubro.

No entanto, ainda não nos empenhamos com todas as nossas forças na campanha eleitoral, que constitui agora o fundo sobre o qual estão se desenvolvendo os acontecimentos políticos em nosso país. Pequeno é ainda o alistamento por nós realizado, fraca também é a propaganda dos candidatos comunistas e dos nossos aliados, poucas são as iniciativas para organizar os movimentos de frente única eleitoral. Isso significa que não sentimos suficientemente a importância das próximas eleições de 3 de outubro. Se a campanha eleitoral for por nós justamente enfrentada, nos permitirá avançar bastante na ligação do Partido com as massas, na popularização e esclarecimento do Programa do P.C.B., no esforço pela construção da frente democrática de libertação nacional.

Por que, então, ainda não nos empenhamos com todas as nossas forças na campanha eleitoral? Será somente por uma questão de orientação prática ou de controle das tarefas? É evidente que não.

Em primeiro lugar isso resulta do fato de não termos ainda assimilado inteiramente o nosso Programa que, por ser um Programa revolucionário, de todo o povo, exige a mobilização de milhões de brasileiros para a luta pelos objetivos nele assinalados.

Para ganharmos as grandes massas para o Programa do Partido é preciso empregar uma tática a mais ampla possível, utilizando, hábil e flexivelmente, todos os meios ao nosso alcance e todas as oportunidades que surjam. A campanha eleitoral é uma dessas grandes oportunidades. As eleições despertam milhões para a vida política. Cada dia que passa, o povo brasileiro revela abertamente o seu descontentamento com o governo antipopular e de traição nacional de Vargas e, com a proximidade das eleições, manifesta por todos os modos seu desejo de mudar a política dos atuais governantes e de encontrar a saída para seus angustiantes problemas.

Nesta situação, cabe-nos indicar-lhe as justas soluções apresentadas pelo Programa do P.C.B. A campanha eleitoral é, assim, um poderoso meio para tornar o Programa do Partido em programa de todo o povo, para impulsionar a criação da frente democrática de libertação nacional.

Em segundo lugar isso resulta de fortes tendências sectárias que ainda existem em nossas fileiras. Pesa ainda sobre nós a influência das manifestações sectárias que proliferaram após o lançamento do Partido na clandestinidade, particularmente depois da publicação do Manifesto de Agosto.

Nesse período, como reação às tendências de direita que se desenvolveram durante a legalidade do Partido, surgiram, devido ao nosso baixo nível teórico e político, ten-

dências sectárias que se refletiram seriamente em nossas posições em face das eleições e do trabalho parlamentar. Encoberto numa fraseologia pseudo-revolucionária, manifestou-se em nosso meio um doutrinarismo de esquerda que tornava, praticamente, quase impossível a realização de trabalho eleitoral pelo Partido. Este tipo de trabalho era considerado como alguma coisa perigosa e, às vezes, até mesmo objeto de desprezo.

Estratificou-se entre nós uma mentalidade abstencionista, revelada em sua plenitude no pleito eleitoral de 1950 e, posteriormente, nas eleições municipais de S. Paulo e na escolha do prefeito da capital paulista. Esta mentalidade abstencionista, apesar da publicação há cinco meses do Programa do P.C.B., não foi de todo liquidada e ainda se reflete entre nós de maneira bastante prejudicial.

Em terceiro lugar isso resulta do fato de muitos de nós, membros do Partido, ainda considerarmos, em certa medida, como reformista a atividade eleitoral. Isso se verifica em consequência das manifestações sectárias anteriores ao lançamento do Programa do Partido. A realidade é que costumamos empregar com sentido pejorativo o termo «eleitoreiro» para designar os militantes que se empenham ativamente nas campanhas eleitorais. É certo que este fenômeno não é geral, mas não deixa de revelar um estado de espírito nocivo à aplicação da linha do Partido ao trabalho para ganhar os mais amplos setores da população para o Programa do P.C.B. A nossa atividade nas campanhas eleitorais não pode ser considerada de nenhum modo como reformismo.

Tomemos, por exemplo, as eleições de 1945 e 1947. Não foi errada a nossa participação ativa nessas eleições. Ao contrário. Ela foi altamente positiva. Não podemos deixar de reconhecer a importância política dos êxitos eleitorais do Partido em 1945 e 1947. Cabe destacar, particularmente, as vitórias nas eleições municipais de 1947 quando o Partido já se encontrava na ilegalidade. A nossa participação nessas campanhas eleitorais tornou o Partido ainda mais conhecido das grandes massas e em lugares como S. Paulo, Distrito Federal, Recife e outras importantes cidades fomos majoritários, numa demonstração inequívoca de força e prestígio do P.C.B. As eleições de 1945 e 1947 foram um índice do crescimento do Partido e de suas imensas possibilidades de orientar e dirigir o povo. Nessa época, o que havia de errôneo em nossas posições não era a atividade eleitoral, mas sim a nossa orientação política, orientação já criticada nos documentos oficiais do Partido.

Outro exemplo a considerar foi a nossa participação nas eleições de 1950 e nos pleitos eleitorais posteriores. Não podemos deixar de assinalar que a nossa orientação para essas eleições não contribuiu como era então possível, para nos ligar com as massas e para levar a elas a linha política do Partido. Nossa atividade eleitoral nesse período, impregnada como estava das tendências de caráter abstencionista, teve resultados que contradiziam frontalmente a força e o prestígio do Partido. O camarada Prestes, em seu informe «Sobre o Projeto de Programa do P.C.B.», ao analisar as falsas posições sectárias e «esquerdistas» alimentadas após a apresentação do «Manifesto de Agosto», diz: «Como manifestações dessas tendências basta aqui citar o abstencionismo eleitoral, tão sensível nas eleições de outubro de 1950 e ainda presente nas eleições municipais de S. Paulo em março de 1953.» Se este abstencionismo eleitoral era então falso, nas atuais circunstâncias, depois do lançamento do Programa do P.C.B., é inconcebível e inadmissível.

Agora, quando possuímos um Programa justo, que corresponde integralmente à realidade brasileira, precisamos

utilizar ao máximo as eleições em benefício da luta do nosso povo por sua libertação nacional, pela paz e a democracia. O importante é colocar a presente campanha eleitoral a serviço da nossa linha política, da conquista das massas para o Programa do Partido.

Se a campanha eleitoral por nós realizada for posta como deve ser, a serviço da luta pelo Programa e da construção da frente democrática de libertação nacional, adquirirá um profundo e incalculável conteúdo revolucionário. Nada terá de comum com o reformismo.

Em quarto lugar isso resulta do fato de estar generalizada entre nós a compreensão de que a luta de classes é somente a luta da classe operária por suas reivindicações econômicas, particularmente as greves e as lutas que se verificam nas empresas. Esta compreensão é falsa e sumamente perigosa, pois não só rebaixa o papel do Partido como dirigente político da classe operária, como também impede as massas para o caminho do reformismo, desvia o proletariado e o povo da ação política, da luta pela derrubada do governo de Vargas e pela instauração do governo democrático de libertação nacional.

A luta de classes reveste-se das mais variadas formas. As greves por reivindicações econômicas são manifestações da luta de classes, mas não são as únicas como pensamos muitos de nós. Não são formas elevadas da luta de classes. Formas muito mais altas são os comícios, as greves políticas, e as passeatas, para não falarmos nas lutas armadas e na insurreição. A campanha eleitoral, se está a serviço da justa linha política do Partido, torna-se uma elevada forma de luta de classes, uma vez que, através de uma justa tática eleitoral, atingiremos com o Programa do Partido grandes massas das cidades e do campo, intensificaremos a luta contra o imperialismo norte-americano, contra o governo de traição nacional de Vargas, pelas reivindicações do proletariado e das massas populares, pela criação da frente democrática de libertação nacional.

A nossa pequena participação na campanha eleitoral não resulta, portanto, só de nossas incompreensões políticas. Nossas debilidades ideológicas e teóricas são a grande causa que determina não termos ainda liquidado inteiramente o abstencionismo eleitoral. Para todos nós, membros do Partido, é de incalculável utilidade rever e analisar criticamente e auto-criticamente nossas posições em face da questão eleitoral. Neste sentido, o estudo da obra clássica do grande Lênin «A Doença Infantil do «Esquerdismo» no Comunismo» nos ajudará a superar nossas incompreensões no terreno da luta eleitoral, que resultam das nossas posições «esquerdistas» anteriores.



Com a atual campanha eleitoral estamos pondo à prova a nossa capacidade de aplicar o Programa do Partido, demonstramos na prática se assimilamos o Programa. As eleições não são para nós um objetivo em si. Não fazemos a campanha eleitoral pela campanha eleitoral. Ela está intimamente ligada à realização de todas as tarefas políticas imediatas do Partido e à luta pela vitória do Programa. Se estamos plenamente convencidos da viabilidade do Programa e assimilamos seu conteúdo revolucionário, faremos uma campanha eleitoral sem precedentes.

Todo ceticismo em relação às eleições, à vitória de nossos candidatos e dos nossos aliados, a conquista da legalidade do Partido está ligado às incompreensões sobre o Programa. Todos nós devemos seguir as indicações do camarada Prestes, procurando «compreender a importância política da campanha eleitoral». Não se trata, pois, só da orientação técnica e de maior controle da execução das tarefas eleitorais, exigências indispensáveis para o êxito nas eleições. Precisamos estar convencidos do significado político das eleições de 3 de outubro e da importância de sua utilização como um meio de levar o Programa do Partido a todo o povo. Esta é uma ocasião de assestarmos um poderoso golpe no sectarismo que ainda medra em nosso meio. Não nos esqueçamos que o nosso Programa foi elaborado, em boa parte, na luta contra as tendências sectárias.

Apesar de todas as restrições atualmente existentes em nossa campanha eleitoral, com o Partido na ilegalidade, com os membros do Partido de maior prestígio popular impedidos de concorrer como candidatos aos postos eletivos, com as liberdades duramente golpeadas, podemos conquistar vitórias nas eleições. Podemos obter uma grande votação e eleger muitos candidatos comunistas e de nossos aliados, o que terá uma grande repercussão política como demonstração do prestígio e da força do P.C.B.

Cabe-nos, no momento, realizar uma campanha eleitoral sem precedentes. Precisamos desenvolver intensa propaganda, forjar os movimentos de frente única eleitoral à base de programas concretos, estaduais e municipais, pondo em prática a tática eleitoral do Partido traçada pelo camarada Prestes em sua entrevista sobre as eleições.

NO manifesto de convocação do IV Congresso do P.C.B. o Comitê Central do Partido afirma que com o Congresso «serão vivificadas extraordinariamente as fileiras do Partido». Isso significa que o IV Congresso será um importantíssimo fator para estimular a atividade política do Partido, para levar os organismos partidários especialmente as organizações de base, a compreenderem com toda clareza que as novas e crescentes responsabilidades diante das quais nos encontramos exigem que o Partido tome em suas mãos, com uma decisão cada vez maior, as tarefas políticas determinadas pela atual situação do país. Mais do que nunca é indispensável que os comunistas estejam à frente das massas, exprimam as suas aspirações e as dirijam audazmente na luta pela conquista de seus objetivos. Esta é uma condição preliminar para a vitória do Programa do P.C.B.

As organizações de base são as pontes que ligam o Partido às grandes massas da classe operária e do povo. Imensa é, portanto, a sua responsabilidade. Do cumprimento com êxito de suas tarefas depende a conquista das vastas camadas do povo brasileiro para a luta pelo triunfo do Programa do P.C.B., o programa da salvação nacional.

Em todo o país, as massas trabalhadoras e populares demonstram, vigorosamente, a sua crescente disposição de luta. Nos trabalhos preparatórios da vitoriosa Convenção de Emancipação Nacional ficou meridiana-

A Grande Missão das Organizações De Base do Partido

mente claro como se desenvolve em nosso povo o sentimento de orgulho nacional e de indignação contra o jugo dos imperialistas norte-americanos sobre o Brasil. Inequivocas manifestações nesse sentido partiram de todas as classes e camadas progressistas do país. As organizações de base do Partido cabe a tarefa de impulsionar e converter em força organizada esse legítimo sentimento patriótico de nosso povo.

O mesmo se verifica com relação à defesa da sagrada causa da paz. Camadas cada vez mais numerosas do povo brasileiro se convencem de que o banditismo dos imperialistas norte-americanos não pode mais ser pôsto em dúvida, e que contra os seus crimes, contra a intervenção dos Estados Unidos em outros países é necessário erguer uma potente onda de protestos. E as organizações de base do Partido que incumbem a missão de transformar os sentimentos antiguerreiros de nosso povo em energéticos protestos contra as criminosas experiências com a Bomba-H, em ações pelo alívio da

tensão internacional, pela cessação de todos os focos de guerra que pesam como uma séria ameaça sobre os povos do mundo inteiro.

A defesa dos direitos democráticos inscritos na Constituição de 1946 e a conquista de uma efetiva democracia para o povo exigem do Partido uma incansável atividade à frente das massas. A violência se constitui, cada dia mais, numa norma de governo para a camarilha de Vargas. E lançando mão do mais impiedoso terror policial que o governo de Vargas pretende realizar a sua política de esfomeamento das massas e de traição à pátria. E nenhuma outra força a não ser o partido da classe operária pode tomar em suas mãos e levar adiante a bandeira das liberdades democráticas. O exato cumprimento da tarefa que corresponde ao Partido reclama que as organizações de base saibam, em face de cada atentado perpetrado pelo governo, chamar as massas à ação e dirigi-las destemidamente, colocando-se à sua frente. A onda de indignação

e de protestos que se levantou em todo o Brasil contra o assassinato do jornalista Nestor Moreira dá bem uma indicação de como as massas estão dispostas a lutar contra o governo liberticida de Vargas, a impor o respeito aos seus direitos democráticos.

Não se trata unicamente da defesa da independência nacional, da paz e das liberdades. Também as reivindicações imediatas dos trabalhadores e do povo, a conquista de aumento de salários e de melhores condições de vida para as massas, a luta contra a carestia e pelo congelamento dos preços são questões que devem figurar, obrigatoriamente, entre as tarefas principais das organizações de base do Partido. Os comunistas são os campeões da luta pelos interesses vitais das massas exploradas e oprimidas. Nos sindicatos, nas fábricas, nas fazendas, nos bairros, em toda parte, a posição que incumbe aos comunistas é a de vanguardeiros no combate diário e incessante pelas reivindicações operárias e populares.

E' através dessa atividade, ao lado do esforço visando esclarecer as massas e ganhá-las para as posições avançadas do Partido, que as organizações de base forjarão a frente democrática de libertação nacional — instrumento de salvação do Brasil e do povo.

Colocar-se invariavelmente à frente das massas, dirigindo as suas lutas e esclarecendo-as dia a dia, é um dever imperioso das organizações de base do Partido.

O Programa e as Liberdades

O Programa do PCB é o Programa Dos Trabalhadores do Mar

SALVADOR DE SA

J. FELICIO

O PROGRAMA do Partido Comunista do Brasil, que vem merecendo de todo o povo uma acolhida entusiástica e carinhosa, exige de todos nós um estudo aprofundado no sentido da mais ampla assimilação do seu conteúdo e de suas novas ideias. Com realismo verdadeiramente científico, estuda as causas do atraso e da miséria do nosso povo que, "vivendo num país tão rico vegetal na miséria, em consequência da política de rapina dos monopólios norte-americanos e da dominação dos latifundiários e grandes capitalistas brasileiros".

O Brasil, pelos seus imensos recursos naturais tem sido, através da História, alvo da agressão e da cobiça desenfreada de potências imperialistas que saqueiam nossos recursos, exploram o nosso povo e tentam colonizar a nossa pátria.

Nunca, porém, os atentados à nossa soberania e o clima de asfixia das liberdades foram tão acentuados como nos dias que correm.

Incapaz de dar uma saída para os diversos problemas que afligem o país e diante do descontentamento popular cada vez maior, o Governo antibrasileiro de Vargas, cumprindo ordens de seus patrões ianques, investe contra as liberdades e contra o povo que vem dando mostras sucessivas, inclusive com o sacrifício de vidas, de que não está disposto a se deixar matar de fome.

"A violência contra o povo", diz o Programa, "é a arma principal a que recorre o Governo de Vargas".

É a única maneira de assegurar sua permanência no poder, para a continuação dessa política de traição ao Brasil.

Cada dia mais se estreita o cerco e se aprofunda a penetração dos trustes norte-americanos em nossa pátria. E onde o truste se implanta a liberdade morre.

Os fatos denunciados no Programa, nesse particular, são alarmantes.

Leis e novos projetos de leis repressoras das liberdades democráticas ameaçam o nosso povo. A aprovação dessas medidas de exceção significaria dar mais armas ao Governo para a consecução de seus funestos desígnios contra o povo brasileiro e contra a pátria.

Ditadas pelo Departamento de Estado norte-americano e submetidas à apreciação do Congresso, pesam sobre o nosso povo ameaças decorrentes de leis como a de Fidelidade à Pátria, a nova Lei de Segurança do Estado, a Lei de Imprensa, todas merecendo o mais formal repúdio do nosso povo, que conhece perfeitamente suas origens e objetivos.

A aprovação, pelo Parlamento, do "Acordo Militar Brasil-Estados Unidos", verdadeiro tratado de guerra e de colonização, constitui um passo grave do Governo

no sentido da perda da dignidade e da soberania da nossa pátria. Tal acórdão oficializa a ocupação de nosso solo pelos imperialistas norte-americanos, legaliza a evasão dos nossos minerais estratégicos, compromete o futuro de nossa juventude com a ameaça de se ver sacrificada nas aventuras guerreiras dos belicistas ianques. A pretexto de "ajuda" ao nosso país, na realidade amorçação.

Como ponta-de-lança da penetração imperialista podemos citar, entre várias outras manifestações: no Nordeste, o Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), que sob a capa de assistência à maternidade e à infância, na verdade se infiltra e controla a região das bases estratégicas cobeadas: Parnamirim e Iburá. Quanto à "assistência à infância", os resultados já se fazem sentir, pois nossas crianças, que bebem o leite deteriorado que o FISI distribui, morrem às centenas.

O Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), no Rio Doce e na Hilda Amazônica, inclusive no Território do Amapá, está instalado numa região rica em ferro, manganês e outros minérios, além de indícios veementes de grandes lençóis petrolíferos. Ai atua sob o rótulo de saneamento e saúde pública...

A American International Association (AIA), com sede nos Estados Unidos e com empresas subsidiárias no Brasil, alastra-se por Minas Gerais e São Paulo. Lá, a pretexto de educação rural, controla as regiões de minérios e aqui, com Rockefeller, plantando milho híbrido... em terreno petrolífero.

A Comissão da Bacia do Paraná-Uruguai, incluindo as regiões em que já atua a AIA — que possivelmente é quem manobra os cordeiros na Comissão — (Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul), abarcando os centros produtores mais ricos do país e aos quais também não falta o minério estratégico: o manganês do Urucum...

Ameaçando a nossa integridade territorial, temos o tratado do Instituto da Hilda Amazônica, dormitando no Congresso, já assinado pelo Governo de Vargas e que, se aprovado, internacionalizará dois terços do nosso solo para submetê-lo, na prática, à dominação ianque.

Eis por que, de par com o crescente envolvimento de nossa economia pelos norte-americanos, da sujeição cada vez maior do Governo de Vargas às suas exigências, cresce, assustadoramente, o número de atentados aos direitos individuais e às liberdades democráticas. Decorre da própria situação do país, da sua dependência econômica ao imperialismo norte-americano, de sua sujeição a Wall Street.

O Programa, analisando as bases econômicas do regime, deixa claro o quanto é retrógrada a estrutura econômica do Brasil. Vivemos, ainda, no regime semifeudal e semicolonial. O Governo de traição de Vargas, de latifundiários e grandes capitalistas e os seus patrões ianques, são os mais interessados na continuação do atraso econômico do país, de sua condição de país semifeudal, pois sabem — e já temos vários exemplos no mundo — que uma vez libertado o povo das cadeias que o oprimem, uma vez extirpadas as bases econômicas do regime, realizada a reforma agrária, seus privilégios serão liquidados e fica aberto ao Brasil o caminho do desenvolvimento econômico indispensável ao florescimento de todas as atividades humanas.

Diante da situação cada vez mais difícil das causas; diante da crise e da inflação incontrolável, da desvalorização do salário real, da vertiginosa subida de preços, bem como de outros problemas que afetam diretamente a vida do nosso povo, cresce paralelamente o descontentamento das massas que se voltam contra o Governo de Vargas.

O povo se organiza e luta por suas reivindicações econômicas, contra a fome e a miséria, pelas liberdades democráticas e pela independência nacional.

As greves sucessivas e em escala crescente, a luta dos camponeses contra os latifundiários, as passeatas de mulheres contra a carestia da vida, as manifestações estudantis, dão um exemplo da disposição do nosso povo de não se deixar morrer de fome e nem de se deixar escravizar.

E o Governo, com medo do povo, joga contra ele suas baionetas e balas assassinas, na ansia de adiar uma queda inevitável, pela força do nosso povo unido e organizado.

O clima de cerceamento dos direitos do cidadão e das liberdades é sentido por todos os que lutam contra o Governo e pela independência de nosso país. Atinge a imensa maioria do nosso povo.

Nos cárceres, encontram-se trabalhadores, militantes de vanguarda da cidade e das zonas rurais, os melhores filhos do povo; civis e militares que despertam para a luta, irmanados por um ideal comum: a luta contra a fome e pela posse da terra, a defesa da soberania da nossa Pátria contra o imperialismo norte-americano. Não lhes são reconhecidos os direitos e liberdades para cumprirem tão imperativos e sagrados deveres. Por isso lutam antes e acima de tudo em defesa das liberdades e contra o jugo dos imperialistas americanos.

E a luta do nosso povo, pela conquista das liberdades será vitoriosa.

O Programa, com objetividade e clareza, ensina que o povo unido e organizado numa ampla frente única anti-feudal e antiimperialista de todas as forças e camadas democráticas e progressistas da Nação, pode derrubar o atual Governo de traição e substituí-lo por um Governo autenticamente popular, um Governo democrático de libertação nacional que traduza os anseios de paz, liberdade, independência, bem-estar e felicidade das mais amplas camadas do nosso povo.

O Programa conclama para a luta patriótica todos os brasileiros dispostos a lutar con-

tra a dominação norte-americana em nossa pátria e pela derrubada do Governo antinacional de Vargas e aponta o caminho justo, necessário e único para conseguí-lo.

Nesta luta de libertação todos se devem dar as mãos: o operário e o camponês, as forças básicas da revolução, os intelectuais, os artistas, os professores, os escritores, os estudantes, o espírito, o católico, o protestante, o comerciante, o artesão, o funcionário público, os industriais progressistas, as mulheres, todos enfim, que por esta ou aquela forma estejam prejudicados pelos efeitos funestos da penetração imperialista em nosso país e pela miséria e opressão representadas pelo Governo de Vargas.

Só a ampla frente democrática de libertação nacional, proposta pelo Programa, pode liquidar o Governo de latifundiários e grandes capitalistas e substituí-lo por um Governo democrático de libertação nacional.

A disposição de luta de nosso povo uma vez mais se reafirmará para a causa sagrada das liberdades e da dignidade nacional, da soberania e independência de nossa pátria, da democracia popular e da Paz.

O Programa nos apontou o caminho: assimilamos os seus ensinamentos e forjamos a ampla frente que libertará o Brasil do imperialismo norte-americano.

Somente ela será capaz de substituir o atual Governo de traição por um Governo democrático de libertação nacional que tomará em suas mãos os destinos do Brasil, mais formando-o num país próspero, independente e soberano.

O Governo democrático de libertação nacional será a legítima expressão da vontade popular, representará os interesses de todas as camadas e classes sociais democráticas e progressistas.

Desfrutará o nosso povo, com plena garantia, do uso das franquias democráticas inscritas no Programa.

Já não terá mais a ameaça, a máquina policial de um Governo de traição quando, em praça pública, discutir os problemas do seu interesse e do interesse do país.

O lar será inviolável e não será mais admitido o desrespeito que já se tornou rotina neste Governo de Vargas e que se traduz na invasão e depredação de domicílios e no espancamento de cidadãos brasileiros, onde nem sequer são poupadas as mulheres e as crianças.

O direito de greve, o mais temido e perseguido pelas atuais classes dominantes, dada a influência que exerce na luta pelas liberdades, na organização e unidade dos trabalhadores, será assegurado.

Haverá garantias para a livre manifestação do pensamento e da palavra.

Ampla liberdade de associação, de reunião, de cátedra, de imprensa, todas letras mortas no atual regime.

Direito de crença, de culto religioso, liberdade de movimento e de profissão, entre outros, são conquistas democráticas asseguradas no futuro Governo democrático de libertação nacional. O povo terá a defendê-lo a milícia popular.

Com a vitória, da luta pelo Programa do P.C.B., o povo brasileiro, pela primeira vez em sua história, desfrutará de liberdade, conhecerá a verdadeira democracia.

O PROGRAMA DO P.C.B. é o mais importante documento do partido do proletariado brasileiro. Lutar pela sua aplicação é lutar pela união de todas as forças interessadas no progresso e na independência do Brasil do jugo do imperialismo americano. Com o seu lançamento inclinou-se a união de todas as forças democráticas, progressistas e libertadoras, sob a direção da classe operária.

O proletariado sozinho não vencerá os inimigos do povo brasileiro, não poderá tornar vitorioso o Programa do P.C.B. Daí a necessidade do Partido transformar o seu Programa em programa de todo o povo. O caminho da vitória do Programa é a organização da frente democrática de libertação nacional. Para esta ampla frente única é necessário atrair os trabalhadores marítimos que constituem, juntamente com suas famílias, uma parcela considerável da classe operária e do povo. Pelo seu espírito de luta, pelo seu patriotismo e pela sua tradição antiimperialista, podem os marítimos ser ganhos, rapidamente para o Programa do P.C.B., pois o Programa levanta as reivindicações fundamentais dos trabalhadores do mar. Isso facilita a luta entre os marítimos pela aplicação do Programa.

O regime democrático-popular preconizado no Programa do P.C.B. trará grandes benefícios aos trabalhadores do mar. Como um de seus objetivos é a anulação dos tratados e acordos com os Estados Unidos, os marítimos se verão livres da exigência humilhante e antinacional que garante maior percentagem de carga para os navios americanos. Esta imposição contrária aos interesses nacionais tem determinado a ruína de companhias de navegação como a Companhia Transmarítima de Navegação Comercial, que acabou de falir em benefício da Moor Mac Cormac, assim como o fechamento de estaleiros de construção naval como os da Companhia Hidráulica e de Wilson Sons em Niterói. Em consequência, são milhares de marítimos desembarcados e de operários navais desempregados.

A aplicação do Programa do Partido livrará os marítimos do desemprego porque o governo democrático de libertação nacional garantirá a ampliação de nossa navegação e os nossos estaleiros serão reaparelhados e a indústria naval será desenvolvida. Isso assegurará embarque para todos os marítimos e emprego para todos os operários navais. O governo democrático de libertação nacional liquidará com a exploração a que estão submetidos os trabalhadores do mar e suas famílias.

A exploração desenfreada do imperialismo norte-americano e dos seus sustentáculos nacionais — os latifundiários e grandes capitalistas, que têm à frente o governo de Vargas — torna mais difícil a vida dos operários e de todo o povo. Co-

mo os demais trabalhadores, os marítimos têm os seus direitos, conquistados através de duras lutas, anulados pelos governantes do país.

É negado aos marítimos o salário de insalubridade quando todo trabalho de bordo e nas ilhas onde se encontram as oficinas de construção naval é insalubre; aos marítimos é negada a jornada de oito horas de trabalho e o direito de perceber um salário capaz de lhes assegurar condições de vida normais e humanas. Além de mais, é negado aos trabalhadores marítimos o direito de livre organização sindical. O trabalho forçado lhes é imposto, como acontece no Litoral Brasileiro, onde os operários da Ilha do Mocangú lutam contra o trabalho forçado e por isso são cercados por pelotões de fuzileiros navais.

O Programa do Partido Comunista do Brasil apresenta uma série de medidas capazes de solucionar a situação de miséria em que vivem nossos irmãos marítimos. O Programa do P.C.B. defende o salário-mínimo vital que assegure condições de vida normais e humanas, aplicação efetiva da jornada de trabalho de 8 horas, democratização da legislação social, garantia da livre organização e do livre funcionamento das organizações sindicais, assistência e previdência social por conta do Estado e dos empresários, inclusive para os desempregados e abolição das formas de trabalho forçado, assim como o contrato coletivo de trabalho que deverá ser feito pelos sindicatos. Também o Programa do P.C.B. apresenta medidas que favorecem a manutenção da paz que, se for assegurada, livrará os marítimos de morrerem numa guerra contrária aos seus interesses, deixando a família na completa miséria.

Os benefícios que a realização do Programa do P.C.B. trará são incalculáveis para os trabalhadores marítimos e suas famílias. O Programa do P.C.B. corresponde aos sagrados interesses dos marítimos. Estes tornarão o Programa do P.C.B. seu próprio programa.

A luta pela vitória do Programa do P.C.B. está indissoluvelmente ligada à luta contra o governo de Vargas, que representa o regime dos latifundiários e grandes capitalistas. Os interesses dos homens do mar só serão satisfeitos com a derrubada do governo de traição nacional de Vargas e sua substituição por um governo democrático de libertação nacional, governo que liberte a nação brasileira do jugo dos monopólios americanos e seus laços internos, os latifundiários e a grande burguesia ligada ao imperialismo ianque.

A transformação do Programa de nosso Partido em programa de todos os marítimos e suas famílias é tarefa imediata do Partido na Região Marítima. Avante, camaradas!

Sobre os artigos publicados na «Tribuna do IV Congresso»

Os artigos assinados, que saem na «Tribuna do IV Congresso», representam a opinião dos seus autores que, livremente, defendem seus pontos-de-vista.

Todo membro do Partido tem o direito de colaborar na «Tribuna do IV Congresso» e pode criticar os artigos nela publicados.



PROGRAMA do PCB abre um largo caminho que conduzirá o Brasil à completa independência política e econômica.

O Programa do PCB reserva aos arquitetos e à arquitetura brasileira grandes tarefas de construção. O cumprimento dos pontos 17, 18, 19, 20 e 21, referentes a iniciativas que envolvem a construção de campos de esporte, estádios, ginásios, postos de higiene e escolas, exigirá que o governo democrático de libertação nacional solicite os serviços de milhares de arquitetos. O desenvolvimento independente da economia nacional, baseado na expulsão dos imperialistas americanos, na reforma agrária e no contínuo crescimento da nossa indústria, representará novas e intensas solicitações de trabalho no campo da construção de edifícios.

Mas o Programa do PCB não se limita somente a revelar a possibilidade de um futuro grandioso para a nossa arquitetura. O Programa do PCB indica claramente agora mesmo uma grande arquitetura, uma arquitetura que apareça às gerações futuras como expressão dos mais nobres anseios do nosso povo no presente momento histórico.

A importância deste aspecto do Programa para os arquitetos é extraordinária. Os arquitetos progressistas estavam, até agora, completamente desorientados na sua atividade profissional. Isto não acontecia, como vemos adiante, só entre os arquitetos brasileiros. Era a situação dos arquitetos progressistas em todo o mundo capitalista.

Nós não sabemos de que forma seria possível relacionar a obra de arquitetura com os movimentos populares progressistas. Eramos, por isso, obrigados a uma espécie de desdobramento da personalidade, insuportável para os verdadeiros arquitetos, para aqueles que não perdem de vista a natureza fundamentalmente artística da arquitetura. Como cidadãos conscientes não podíamos deixar de relacionar o progresso da nossa arte aos fatos políticos e econômicos ocorridos no Brasil e no mundo. Nosso espírito, portanto, estava absorvido por preocupações de ordem política e econômica. Mas quando nos dedicávamos ao trabalho profissional, que ocupa a maior parte do nosso esforço diário, não podíamos relacionar este trabalho com os acontecimentos políticos. Parecia-nos que, na melhor das hipóteses, nossa arte seria socialmente inócua e que, na pior hipótese, ela seria a expressão pura e simples da decadência das classes dominantes.

A verdade é que nenhuma destas hipóteses poderia satisfazer um arquiteto disposto a lutar com todas as suas forças pela libertação do seu povo. É preciso que se compreenda bem a situação de um artista que trabalha sob a pressão da desconfiança de que sua obra pode se transformar em instrumento de opressão contra o povo ao qual ele deseja servir. É preciso sentir o que há de frágil na vida de um artista consciente e que julga que sua obra nada significa para a sociedade. É preciso não subestimar o drama de um artista progressista que se vê reduzido a fabricante de utilidades para uma classe agonizante.

Os «fariseus» — que os temos em todos os campos — apontarão: solução simplista dos «fariseus»: que o arquiteto progressista divida sua vida entre a arquitetura e as lutas populares. Outra coisa não temos feito até agora e por isso mesmo somos maus arquitetos

O Programa do PCB e a Arquitetura Brasileira

e maus lutadores pela causa do povo. Isto não é solução. Não é dividir nossa vida que precisamos. Precisamos é integrá-la nos movimentos populares e isso só poderá ser feito quando conseguirmos integrar a arquitetura nos movimentos populares, já que a arquitetura absorve necessariamente a maior parte dos nossos esforços.

A verdade é que muitos arquitetos progressistas chegaram a reconhecer a inevitabilidade da solução «farisaica». Expressamente ou tacitamente, aceitaram a ideia de que não seria possível, nas condições do regime capitalista, aproximar a arquitetura dos movimentos populares progressistas.

Vejamos o que diz os arquitetos Nelson Souza, Enilda Ribeiro e Demétrio Ribeiro:

«... a única solução para a nossa arquitetura e a nossa profissão está na sua verdadeira democratização:

A democratização da arquitetura somente se processará na base da satisfação das necessidades de toda a população brasileira. Nas condições atuais do Brasil, o ponto de partida de uma efetiva democratização da arquitetura só poderá ser a construção em grande escala, para atender às necessidades de milhões de brasileiros que hoje sofrem da falta de habitações dignas, não têm escolas, hospitais, estádios, nem locais para culturas física e espiritual».

(TESE AO IV CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUITETO).

Ainda no Brasil, podemos ouvir as palavras amargas do nosso arquiteto de maior talento e mais famoso, Oscar Niemeyer:

«A verdade é que a nossa atuação limitou-se aos problemas da sociedade burguesa. Plano amplo e justo, onde o interesse coletivo fosse soberano não nos foi dado elaborar. Realizamos, isto sim, alguns trabalhos isolados, privados todos, porém, desse conteúdo humano que as boas obras de arquitetura deveriam apresentar. Fizemos uma arquitetura de classe. E isso nos constrange amargamente».

«Alivia-nos, no entanto, saber que tudo era inevitável. A arquitetura reflete e refletirá a época e o regime em que é realizada, e nos períodos de decadência é a forma plástica que prevalece sobre o conteúdo. Esse é o drama da arquitetura brasileira...»

(DISCURSO AOS FORMANDOS DA BAHIA — 1953)

Como se vê, há algo de comum em todas estas afirmações: a aceitação tácita ou declarada de que nas condições do regime capitalista não é possível fazer arquitetura progressista, não há solução para a arquitetura. Isto quer dizer que há algo errado na base de todas estas afirmações.

Vejamos onde se encontram os erros fundamentais em cada uma dessas afirmações.

As afirmações de Niemeyer envolvem uma compreensão falsa da significação da arquitetura no quadro das atividades sociais. Considera a arquitetura como se ela fosse um simples espelho colocado diante da sociedade. A

arquitetura, de fato, pode refletir a realidade social, mas pode também atuar sobre a realidade social, alterando-a para melhor ou para pior. A arquitetura, como resultado de atividade artística, é um meio de expressão ideológica. Ela reflete as ideias da sociedade, mas reflete-as através da interpretação do arquiteto, do artista.

Outro erro que comete o famoso arquiteto refere-se à ideia que faz da sociedade. Em toda sociedade capitalista «há a massa trabalhadora e explorada, cujas condições de vida fazem inevitavelmente nascer uma ideologia democrática e socialista». (LÉNIN). Um «espelho» que só é capaz de refletir as ideias da reação, a decadência moral, física e espiritual das classes agonizantes não deve ser somente combatido — ele precisa ser quebrado.

O proletariado e as mais amplas camadas da população no Brasil, travam neste momento uma luta heróica contra a dominação do imperialismo americano. Como consequência dessa luta e, ao mesmo tempo, como um dos seus motores importantes, desenvolve-se no seio da sociedade uma forte consciência antiimperialista, um conjunto de ideias patrióticas e progressistas. Não poderemos nós, que estamos colocados entre a sociedade e a obra arquitetônica, fazer que esta reflita justamente as ideias de progresso e liberdade da sociedade?

O conhecido oportunismo de Le Corbusier armou a chantagem «ARQUITETURA OU REVOLUÇÃO». Eu creio que não será demais propor «ARQUITETURA PELA REVOLUÇÃO».

As afirmações de Nelson Souza e seus colegas poderiam ser colocadas sob a bandeira: Arquitetura depois da Revolução. Ficam aguardando a construção em grande escala de habitações para milhões de brasileiros, de hospitais, escolas e estádios, certos de que essa é a «única solução» para a nossa arquitetura. O erro destes colegas é andarem atrás da «única solução». A procura da solução dos problemas da arte tem sido um dos pretextos mais utilizados para afastar a arte dos movimentos populares. Os arquitetos, em busca da «única solução» para a nossa arquitetura, vão alimentar justamente as correntes ideológicas que pretendem combater: os puristas da arte e os herdeiros do «proletcult». A arquitetura deve ser resolvida novamente em cada momento histórico. A arquitetura do presente momento histórico brasileiro não está resolvida e será simples oportunismo deixar de lado a procura desta solução em nome de qualquer outra, embora se trate da «única»... A solução atual para a nossa arquitetura encontra-se naturalmente nas suas possibilidades de ligação com as grandes tarefas da revolução democrático-popular. A importância da nossa arte será sempre julgada em função das suas relações com os interesses do nosso povo, com os seus movimentos progressistas, «na medida em que ela participe na transformação efetiva da vida de acordo com o espírito das ideias sociais avançadas». (NEDOSHVIN). Devemos, portanto, deixar de lado a «única solução» e passar agora à procura da solução que agora se faz necessária.

O que explica a confusão em que ainda nos encontramos é o baixo nível dos nossos conhecimentos, tanto no que diz respeito à política como no que se refere à arquitetura. Politicamente, costumamos assinar documentos, contribuir para as campanhas populares, escrever artigos, discutir e ler livros e mais livros sobre o marxismo para elevar o nosso «nível teórico», como convém para intelectuais... Mas trabalho de massa nos organismos de classe ou nas empresas, esse paciente esforço de organização que transforma as teorias livrescas em força criadora e revolucionária, essa espécie de política não praticamos. Dal nossa visão cádhica a respeito das questões fundamentais da arquitetura, isto é, da sua interpretação política. Quanto às questões relativas à própria arquitetura temos ideias gerais sobre aspectos gerais. Deformados por dezenas de anos de estudos segundo métodos formalistas que imperam nas nossas escolas, aceitamos ou rejeitamos «verdades» menos por seus aspectos científicos do que pela autoridade de quem afirma essas «verdades»... Há um ano escrevi um ensaio «Sobre a Questão da Moderna Arquitetura Brasileira», tendo em vista principalmente verificar as possibilidades de participação dos arquitetos e da arquitetura nos movimentos populares. Nesse trabalho, concluo que a tarefa central dos arquitetos progressistas — em torno da qual eles podem fazer agitação e trabalho organizativo, interessando a maioria esmagadora dos arquitetos brasileiros — é a procura de soluções arquitetônicas que, apoiadas nas melhores tradições nacionais, dessem origem a obras capazes de se oporem à violenta onda do cosmopolitismo que afoga a nossa arte, descaracteriza a nossa cultura, e, assim, serve de ponta-de-lança da invasão do imperialismo americano.

em que ainda nos encontramos é o baixo nível dos nossos conhecimentos, tanto no que diz respeito à política como no que se refere à arquitetura.

Politicamente, costumamos assinar documentos, contribuir para as campanhas populares, escrever artigos, discutir e ler livros e mais livros sobre o marxismo para elevar o nosso «nível teórico», como convém para intelectuais... Mas trabalho de massa nos organismos de classe ou nas empresas, esse paciente esforço de organização que transforma as teorias livrescas em força criadora e revolucionária, essa espécie de política não praticamos. Dal nossa visão cádhica a respeito das questões fundamentais da arquitetura, isto é, da sua interpretação política.

Quanto às questões relativas à própria arquitetura temos ideias gerais sobre aspectos gerais. Deformados por dezenas de anos de estudos segundo métodos formalistas que imperam nas nossas escolas, aceitamos ou rejeitamos «verdades» menos por seus aspectos científicos do que pela autoridade de quem afirma essas «verdades»...

Há um ano escrevi um ensaio «Sobre a Questão da Moderna Arquitetura Brasileira», tendo em vista principalmente verificar as possibilidades de participação dos arquitetos e da arquitetura nos movimentos populares. Nesse trabalho, concluo que a tarefa central dos arquitetos progressistas — em torno da qual eles podem fazer agitação e trabalho organizativo, interessando a maioria esmagadora dos arquitetos brasileiros — é a procura de soluções arquitetônicas que, apoiadas nas melhores tradições nacionais, dessem origem a obras capazes de se oporem à violenta onda do cosmopolitismo que afoga a nossa arte, descaracteriza a nossa cultura, e, assim, serve de ponta-de-lança da invasão do imperialismo americano.

Certamente cometi muitos erros ao tentar esse estudo, principalmente no que diz respeito à caracterização da realidade brasileira. Mas agora o Programa do PCB nos oferece uma imagem cientificamente traçada dessa realidade e nos permite rever conceitos e afirmações. Contudo, as conclusões fundamentais foram reforçadas pelo Programa, o que me faz voltar a insistir sobre o assunto.

A ajuda que o Programa do PCB presta aos arquitetos é inestimável, pois nas suas páginas nós podemos encontrar formulada de maneira clara a tarefa de honra dos arquitetos no presente momento histórico. Diz o Programa: «Por intermédio da imprensa, do rádio, do cinema, da literatura e da arte, reduzidos a instrumentos de colonização, procuram os agentes americanos liquidar as mais caras tradições do nosso povo e a cultura nacional». Ora, se a arte é utilizada pelo imperialismo americano como instrumento de colonização, ela pode ser utilizada por nós como instrumento de libertação nacional. Se a arte se transforma em instrumento de colonização quando procura liquidar «as mais caras tradições do nosso povo e a cultura nacional», ela se transforma em instrumento de libertação nacional quando

EDGAR A. GRAEFF

defende as tradições do povo e enriquece a cultura nacional. Aqui se encontra a solução para a nossa arquitetura, a oportunidade que ela tem hoje de se aproximar das grandes tarefas da revolução democrático-popular. Continuo acreditando que muitos arquitetos progressistas ainda não compreenderão claramente esta solução. Isto pode acontecer porque ainda não aplicamos ao estudo da arquitetura os métodos dialéticos de análise dos fenômenos. Ainda não estabelecemos um conceito marxista de arquitetura, ainda não sabemos o que é, na realidade, arquitetura.

Devemos, então, revisar nossos conceitos sobre arquitetura à luz do materialismo dialético e tendo em vista as tarefas que o Programa do PCB coloca para a arquitetura contemporânea brasileira. O primeiro passo nesse sentido será, sem dúvida, a perfeita caracterização da arquitetura como arte. Devemos fazer a correta diferen-

ciação entre conteúdo artístico e finalidade utilitária da obra de arquitetura. Devemos estabelecer a clara distinção entre caráter arquitetônico e expressão arquitetônica, entre valores estéticos e valores artísticos.

Até que isso seja feito, até que sejam formulados corretamente os novos conceitos e que os arquitetos progressistas possam se manifestar através das suas obras e de se esperar que os maneijadores do «palavreado revolucionário», donos do realismo socialista e da «arte proletária», proprietários da necessidade e aspirações do povo, suspendam suas críticas gratuitas contra a arquitetura moderna brasileira e cessem o feio — porque velado — retalhamento do prestígio de «uma das melhores arquiteturas brasileiras». Podem, se lhes pesar a falta de «atividade política», ir estudando e reestudando estas sábias palavras de Stálin:

«... é muito fácil «fazer crítica e exigir a proibição da literatura não proletária. Porém o mais fácil não se pode considerar como o melhor. Não se trata de proibir, mas de eliminar passo a passo da cena a velha e a nova herva daninha, não proletária, de eliminá-la pela emulação, pela criação de obras verdadeiramente interessantes, artísticas e de um caráter soviético. (Grifos nossos).

EDGAR GRAEFF — P. Alegre — maio de 54

Os Marítimos e a Aplicação do Programa do P.C.B.

É UM DEVER dos comunistas estudar e assimilar o mais precioso e profundo documento que o C.C. de nosso Partido já nos colocou às mãos — o Programa do P.C.B. Só assim poderemos levá-lo às grandes massas de nosso país. O Programa do P.C.B. é a maior arma que possui o povo brasileiro que possui o seu principal inimigo, o imperialismo norte-americano, e derrubar o governo de Vargas, representante dos grandes capitalistas e latifundiários brasileiros que vendem a nossa pátria em troca de dólares.

De posse dessa grande arma que o C.C. de nosso Partido nos entregou, só nos resta empunhá-la e impulsionar efetivamente a luta pela libertação nacional, pelo governo democrático de libertação nacional.

Procurar com o máximo de persistência debater cada item do Programa com as grandes massas, ganhando-as para a aplicação do Programa, é um dever que cabe a todos nós. Através desse debate é que elas irão compreender que não podemos continuar escravizados a um governo antinacional e demagógico como o de Vargas. Este é um dos caminhos para podermos unir e organizar as grandes massas do proletariado e do povo brasileiro em torno do Programa do P.C.B.

Na medida em que as massas vão tomando conhecimento do Programa, também vão compreendendo que somente através da aplicação desse documento histórico é que poderão ser conquistadas suas reivindicações e a emancipação nacional do país do jugo do imperialismo norte-americano.

O Programa nos chama a atenção para a necessidade de derrubar o governo de Vargas e substituí-lo por um governo democrático de libertação nacional, tarefa perfeitamente viável nas atuais circunstâncias. Mas essa vitória só será possível na medida em que assimilarmos o Programa e procurarmos unir todas as forças democráticas e patrióticas que querem lutar pela libertação de nossa pátria, na mais ampla frente democrática de libertação na-

cional. O êxito dessa luta de libertação nacional, por um governo de libertação nacional e pela derrubada do governo de Vargas depende dos operários e camponeses, de sua aliança indestrutível, que constitui a força principal da frente única anti feudal e antiimperialista.

Como o mais precioso documento que o nosso Partido já lançou, o Programa do P.C.B. é nossa bússola, nossa arma afiada. Lutar pela sua execução é nossa obrigação. Nós, marítimos, devemos cerrar fileiras em torno do C.C. de nosso glorioso Partido para salvaguardar a unidade política em nossas fileiras e manter a vigilância contra os nossos inimigos de classe.

Apelo aos marítimos para que lutem no sentido de transformar em realidade o Programa do P.C.B. para a salvação do Brasil. Façamos dele nosso manual do dia a dia e intensifiquemos a luta sem quartel contra os nossos inimigos mortais até a derrota do governo de Vargas e a conquista do verdadeiro governo do povo, o governo democrático de libertação nacional.

Humberto Campelo

O documento político
MAIS DISCUSSÃO
NOS ÚLTIMOS TEMPOS



Alguns Problemas de Nossa Imprensa Ante o IV Congresso do Partido

Os Estatutos do P.C.B. e a União da Juventude Comunista

ISAAC AKCELROD

A IMPRENSA REVOLUCIONÁRIA de nossa pátria é o fruto da iniciativa criadora do partido marxista-leninista do proletariado brasileiro. Desde o início de sua atuação, o Partido Comunista do Brasil empenhou-se tenazmente na criação e no desenvolvimento dessa imprensa.

Nossa imprensa, decorridos trinta anos, já se impõe como força política de importância na vida nacional. Hoje, quando a linha fundamental da orientação dos jornais burgueses é ditada pelos interesses traidores dos latifundiários e dos grandes capitalistas ligados aos imperialismo americano, a imprensa do Partido é a única imprensa consequentemente nacional, patriótica e democrática existente no Brasil. E agora, quando cada uma de suas matérias se impregna com o Programa do P. C. B., Programa de Salvação Nacional, este caráter de nossa imprensa se evidencia e se acentua cada vez mais aos olhos de milhões de brasileiros.

Intérprete e porta-voz da classe mais avançada da sociedade brasileira, a classe operária, nossa imprensa pode erguer-se como tribuna de todas as forças progressistas e libertadoras da nação, o que lhe possibilitou tornar-se um eficaz instrumento de agitação e propaganda e impôr um padrão novo na imprensa brasileira. No campo do jornalismo, muitas vezes, nossa imprensa atuou sozinho em favor de grandes campanhas políticas de nosso povo. Contra a imprensa da reação, nossos jornais sustentaram a luta pela paz, ergueram a bandeira da unidade da classe operária e da unidade patriótica de todo o povo contra o imperialismo americano, ajudaram a despertar politicamente as massas camponesas que já se põem em movimento.

A partir da publicação do Programa do P. C. B., o trabalho de nossa imprensa torna-se cada vez mais seguro, frutífero e eficiente. Sabemos que rapidamente e que grandes forças revolucionárias amadurecem no seio da sociedade brasileira e que, portanto, nossas forças e recursos atuais se multiplicarão à medida que o processo revolucionário avance e o incalculável poderio da frente democrática de libertação nacional comece a se fazer sentir.

Com esta perspectiva chega nossa imprensa ante o IV Congresso. Isto não quer dizer, é claro, que tudo são rosas e que os êxitos virão espontaneamente. Ao contrário, essa perspectiva torna mais evidentes e agudas nossas deficiências e debilidades técnicas e profissionais, é a perspectiva de uma dura batalha ideológica que já tardamos em travar com vigor e determinação. Se são grandes os êxitos já obtidos, maior ainda é a dívida de nossa imprensa para com o Partido. Nas condições de nossa pátria não é a imprensa o elo básico da organização do Partido, mas, ao contrário, é o Partido o construtor da imprensa revolucionária. Se é enorme o apoio das massas à nossa imprensa, como acaba de atestar o brilhante êxito da campanha dos 10 milhões, mais certo é que não retribuimos ainda ao povo com jornais em qualidade e quantidade suficientes. Se nossa imprensa ainda recebe muito mais do que dá, se ainda não é capaz de transformar em recrutamento, organização e mobilização das massas toda a ajuda que recebe, isto é um fato que exprime uma grave debilidade.

Um dos principais pontos débeis de nossa imprensa é a sua gritante insuficiência informativa. Se bem que ainda seja escasso o número de correspondentes, é preciso partir do reconhecimento do fato de que só ultimamente as cartas dos leitores estão merecendo um melhor cuidado de todos nós, jornalistas da classe operária e do povo. É verdade que já não se encontram mais casos de jornais que joguem fora, sem ao menos abri-las, dezenas e dezenas de cartas. Mas ainda existem os «resumos» de cartas, que a pretexto de «aproveitar os dados», de «corrigir o português», tiram das cartas o que elas têm de melhor, o seu espírito de classe, de luta e revolta contra as classes dominantes. Sem abolir essas deformações e caricaturas, como é possível formar uma rede de correspondentes, formar os jornalistas de que carecemos? Os resultados são negativos não somente no que tange ao recrutamento para os jornais, mas igualmente quanto à formação ideológica dos próprios homens que já trabalham em nossos jornais.

É da mesma natureza ideológica a falta de vigilância política que deixa passar numerosos contrabandos nas colunas de nossa imprensa. Um exemplo: o noticiário sobre a grande vitória de Dien Bien Phu. É um noticiário fornecido pela «France Presse», agência que está para Laniel assim como a «Agência Nacional» está para Getúlio. Seus telegramas, portanto, exprimem a orientação geral dos colonialistas franceses, dos lacaios dos imperialistas americanos. Cada linha desses telegramas está impregnada da ideologia do capitão de mató De Castries: os mercenários e bandidos da Legião Estrangeira, os milhares de soldados de Hitler que retomaram as armas contra os povos em Dien Bien Phu foram apresentados pela F. P. como destemidos combatentes que sucumbiram afinal ante a superidade numérica do inimigo... Por mais que se ponha um bom título, essa coisa não se converte. O que em geral não se fez foi aproveitar os elementos informativos que nem a F. P. podia mais sonegar e reelaborar os telegramas à luz da verdade, completá-los com dados de outras fontes, mostrando finalmente que os povos que lutam por uma causa justa, pela sua libertação, são invencíveis. Por isso, na sua essência, embora sua aparência fosse diversa, nosso noticiário não diferiu do publicado pela imprensa burguesa.

Somos nós mesmos, os jornalistas do proletariado e do povo, os primeiros a explicar tais deficiências pela falta de homens, de quadros, que realmente se verifica em nossas redações. Mas isso é uma tentativa de explicar os fatos sem ir à causa profunda. Por que faltam quadros? Encontramos a resposta na subestimação «de alto a baixo» por nossa imprensa já caracterizada pelo camarada Prestes. Dentro dos jornais — e é isso que debate aqui — essa subestimação se manifesta no aproveitamento insuficiente, às vezes nulo (devido ao espontaneísmo que confia que os quadros nos chegarão já feitos, caídos do céu por desquite) das possibilidades de crescimento de nossa imprensa, de sua influência. Não alimentamos o orgulho de sermos jornalistas do povo, nossas tentativas de conquistar os qua-

res necessários no seio dos jornais sindicais, entre os jovens, entre os intelectuais, são ainda tímidas e sem fé e se desfazem sem luta ante as dificuldades, resistências e incompreensões.

Essa subestimação se reflete no tratamento dispensado ao órgão central. Ainda nos guiamos, na prática, pela idéia errônea de que o órgão central é uma espécie de boletim interno destinado somente ao Partido. Exemplos: nosso órgão central, não por acaso, vem tratando com destaque crescente da campanha eleitoral. Mas isto não é tomado como exemplo e modelo, como diretiva do centro. Tanto é assim que existem certos diários estaduais que chegam ao cúmulo de tirar edições sem uma linha sobre a campanha eleitoral. E de um modo geral os nossos jornais de massa ainda tratam da matéria eleitoral como coisa de segunda importância. Para corrigir esse erro, bastaria, entretanto, uma discussão sobre os editoriais que mandam lançar todas as forças na campanha eleitoral, por exemplo...

Já em 1905, Lênin exigia a reprodução frequente dos artigos e notas do órgão central, recomendava com empenho que o órgão central fosse citado com maior frequência, a fim de «popularizar o título do órgão central no seio das massas, a idéia de que elas têm um jornal permanente, a idéia de que elas têm um centro ideológico e que elas sempre podem se dirigir a ele...» Lênin considerava decisiva essa tarefa para liquidar com a estreiteza localista, para elevar as denúncias econômicas à altura de denúncias políticas, para elevar a luta contra os efeitos da exploração à luta contra as causas da exploração. «Isto é extremamente importante para tornar conhecido nosso órgão central entre as massas e estender nossa esfera de influência», dizia Lênin que ensinava ao mesmo tempo ser necessário «dar a conhecer os problemas da política e da organização do Partido às mais amplas massas da classe operária e fazer desses problemas matéria de agitação».

Se de um modo geral ainda trabalhamos mal com o órgão central em nosso Partido e, se reconhecem de longe os indícios de que ele não é incluído devidamente nos planos de trabalho, é igualmente certo que nossa imprensa de massas não faz melhor, não se orienta por ele na medida necessária e por isso desperdiça forças e possibilidades imensas para o seu desenvolvimento imediato e a longo prazo.

São sérias e graves nossas deficiências. Mantemo-nos e avançamos, não por causa de nossa capacidade e de nossos méritos, mas devido a força invencível do campo da revolução brasileira, que nosso Partido desperta, mobiliza, dirige e conduz à vitória. Isto nos diz que são enormes os recursos potenciais ao nosso dispor e que a direção de um Comitê Central, que foi capaz de cumprir a tarefa histórica de elaborar o Programa do Partido e realizar o IV Congresso, é garantia de que as deficiências podem ser e serão liquidadas e que nossa imprensa cumprirá seu dever revolucionário até o fim.

NA edição anterior deste suplemento foi publicada uma colaboração do companheiro João Alves Sobrinho, em que são feitas considerações a propósito do projeto de Estatutos do P.C.B. em relação à União da Juventude Comunista. Como o autor dessa colaboração revela não estar compreendendo com a necessária clareza as questões abordadas, daremos aqui alguns esclarecimentos.

Em sua colaboração, sugere o companheiro João Alves Sobrinho que seja suprimido o art. 5º do projeto de Estatutos do P.C.B., ora em discussão, porque no seu entender esse dispositivo, impedindo a admissão no Partido de pessoas com idade inferior a 18 anos, dificulta o ingresso da juventude nas fileiras do P.C.B. Diz ainda o companheiro João Alves Sobrinho que não é justo manter o artigo 5º uma vez que já militam no Partido inúmeros jovens entre 14 e 18 anos, — «o que contraria o respectivo item».

Nisto reside a primeira incompreensão demonstrada pelo companheiro J.A.S. Ao contrário do que pensa J. A. S. não seria justo admitir-se o ingresso nos organismos do Partido de jovens com idade inferior a 18 anos. Por que isso? Porque, como é evidente, as pessoas que não tenham ainda alcançado essa idade não terão, normalmente, o suficiente amadurecimento para militar nas fileiras do partido da classe operária, para compreender e pôr em prática as severas normas da vida partidária, enfim, para enfrentar, com o devido rigor, os deveres a que se obrigam os membros do Partido. Além disso, como é óbvio, os jovens de idade inferior a 18 anos têm uma tendência natural pelo trabalho caracteristicamente juvenil, pelas atividades que estejam de acordo com as peculiaridades da vida da juventude, devendo, por isso, possuir a sua própria organização.

O companheiro parece não estar lembrado da resolução aprovada em agosto de 1950 pelo Comitê Central do P.C.B. sobre a reorganização da União da Juventude Comunista. Nesse documento, o Comitê Central esclarece que para se ganhar as grandes massas juvenis para a orientação do Partido tornava-se necessário «criar imediatamente uma organização de vanguarda da juventude que seja efetivamente a força dirigente da luta dos jovens, saiba trabalhar entre a juventude de acordo com as suas características e seja capaz de mobilizar os mais amplos setores da juventude na luta pela paz, pela libertação nacional e pela democracia popular». Essa organização é precisamente a U.J.C. Os jovens que, não

tendo alcançado ainda a idade de 18 anos, estejam no entanto dispostos a lutar por tais objetivos têm o seu posto de combate nas fileiras da União da Juventude Comunista.

A incompreensão do companheiro J. A. S. a que estamos nos referindo preside-se a uma outra incompreensão por ele revelada em seu artigo para a «Tribuna do IV Congresso». É que o companheiro confunde a União da Juventude Comunista com o P. C. B., estranhando que o projeto de Estatutos do Partido não se referia «à Juventude Comunista como uma organização do Partido» e chegando mesmo a afirmar: «Entendo que a Juventude Comunista é a organização que congrega, ou deve congrega, todos os jovens do Partido com idade inferior a 18 anos, desde que não ocupem cargos de direção em outros organismos partidários».

Como fica claro, o companheiro J. A. S. desconhece até agora o caráter da União da Juventude Comunista, apesar de decorridos quase quatro anos da resolução do Comitê Central a que acima nos referimos. É um grave erro considerar a U.J.C. como uma organização do Partido, na qual militam apenas jovens comunistas. Na verdade, a União da Juventude Comunista é uma ampla organização, que abarca a todos os jovens, moços e moças entre 13 e 23 anos de idade, comunistas ou não, que queiram lutar pela paz e pela libertação nacional e que aceitem a orientação do Partido Comunista do Brasil. É, portanto, uma organização revolucionária da juventude brasileira. Do ponto de vista orgânico, a União da Juventude Comunista é, entre tanto, uma organização juvenil autônoma e independente. Segue a orientação política do Partido através da atividade que nesse sentido é desenvolvida, em suas fileiras, pelos jovens que sejam membros do Partido, isso é: os jovens de idade superior a 18 anos que tenham ingressado no P.C.B.

A necessidade de ser preservada rigorosamente a independência e autonomia da U.J.C. é ressaltada com vigor pelo Comitê Central do Partido na resolução de agosto de 1950. Diz a resolução: «Os membros do Partido não deverão invocar o nome e o prestígio do P.C.B. para impor suas opiniões e resoluções, devendo utilizar apenas a persuasão para influir nas decisões da U.J.C.»

Ficam assim esclarecidas as incompreensões reveladas pelo companheiro João Alves Sobrinho em sua colaboração para a «Tribuna do IV Congresso».

Já saiu o 4º volume de OBRAS

de
J.V. STÁLIN



CONTENDO ESCRITOS
DE NOVEMBRO DE 1917 A 1920

Cr\$35.00

PEIDIDOS À

Editorial Vitória